



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE OUTUBRO DE 1988

Presidente: Ex.^{ma} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários Ex.^{mos} Srs Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e trinta minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação das ratificações n.^{os} 42/V e 43/V, dos projectos de lei n.^{os} 303/V a 305/V e de requerimentos e respostas a requerimentos.

O Sr. Deputado Rui Silva (PRD) referiu-se aos problemas com que se batem os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo respondido, no fim, a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Joaquim Marques (PSD).

O Sr. Deputado Herculano Pombo (Os Verdes) anunciou a apresentação de um projecto de lei visando a abertura de um debate público sobre a Lei da Caça.

O Sr. Deputado João Maçãs (PSD) congratulou-se com a aprovação, pela Comissão das Comunidades, da Operação Integrada de Desenvolvimento do Norte Alentejano.

O Sr. Deputado Osório Gomes (PS) insurgiu-se contra os objectivos que estiveram na base da abertura ao sábado de duas agências do Banco Totta & Açores.

O Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD) salientou o papel que o Conservatório Regional do Algarve desempenha no plano cultural.

O Sr. Deputado Rogério Brito (PCP) protestou contra a notícia dada pela RTP de que Portugal iria exportar manteiga para os países da Comunidade Económica Europeia.

Foram aprovados dois votos de congratulação pela participação de atletas portugueses nos Jogos Olímpicos para Deficientes e pela passagem do 43º aniversário da Carta da Organização das Nações Unidas, apresentados, respectivamente, pelo PCP e pela Mesa. Proferiram declaração de voto, em relação ao primeiro, os Srs. Deputados Soares Costa (PSD), Adriano Moreira (CDS), Vírgil Amaro (PCP), Marques Júnior (PRD) e Manuel Alegre (PS).

Ordem do dia. — Procedeu-se à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 53/V — Aprova a Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira), os Srs. Deputados Narana Coissoró (CDS), Ilda Figueiredo (PCP), Carlos Lilaia (PRD), António Matos (PSD) e Helena Torres Marques (PS).

Entretanto, foram anunciados os resultados do escrutínio para a eleição de um secretário e de um vice-secretário da Mesa, tendo sido proclamados os deputados eleitos.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr Presidente — Srs Deputados temos quorum		Joaо Jose Pedreira de Matos
lo qu declaro aberta a sessao		Joaо Jose da Sil a Maças
E c o 15 1 o s e 30 m i n u t o s	II	Joaо Maria Ferreira Teixeira
Est ari sentes os seguintes Srs Deputados		Joaо Soares Pinto Montenegro
P a t d So al Demo rita (PPD/PSD)		Joaquim Eduardo Gomes
A b l o d Me qu ta A aujo Guedes		Joaquim Fernandes Marques
Ader to Manuel Soares Campos		Jo ge Paulo Seabra Roque da Cunha
Ad iano Silva P nto		Jose Alberto Puig dos Santo Co ta
Alberto Cerqueira de Oli eira		Jose de Almeida Cesario
Alberto Monte o de Araujo		Jose Al ar o Machado Pacheco Pereira
Al a o Cordeir Damaso		Jose António Coito Pita
A n a dio dos A jo Gomes		Jose Assunçao Marques
A n a dio Santa C t D Basto Ol e a		Jose Augusto Ferreira de Campos
Anto o Abilio Costa		Jose Augusto Santos Sil a Marques
A ntonio Augusto Ramos		Jose Francis o Amaral
A ntonio de Car alho Martins		Jose Guilherme Pereira Coelho dos R
A t o o Co ta de A Sousa Lara		Jose Julio Vieira Mesqu ta
A ntonio F nandes Ribe o		Jose Lapa Pessoa Pai a
A ton Ioaq m Correia V a i nhos		Jose Leite Machado
A t o o Cae o da Motta V eira		Jose Luis Bonifacio Ramos
A t o o lo d Car all	31	Jose Luis Campos Vieira de Ca tro
A nito o Jo Coelho A aujo		Jose Luis de Car alho Lalande R be o
A nito o Manuel Lopes Ta ares		Jose Manuel Rodrigues Ca que o
A ntonio Maria Ol eira de Matos		Jose Manuel da Sil a Tor
A ntonio Mário Santo Coimbra		Jose Mario Lemos Damiao
A ntonio Paulo Mart ns Pereira Coelho		Jose Mendes Bota
A nito o Rolei Ma nho		Jose Pereira Lopes
A t o o Sergio Ba bosa de Aze edo		Leonardo Eugenio Ribeiro de Alme d
A st d Al es d Nas mento Te eira		Licinio Moreira da Sil a
A l d o da Sil i Andre More a		Lui Antonio Martins
A nando Car alho Guerreiro Cunha		L Filipe Garido Pa s de Sousa
A nando Ma uel Pedroso Militao		Luis Filipe Meneses Lopes
A nald A ngl o Brito Lhama		Luis Manuel Costa Geraldes
B la n o Henriquez Co a		Luis da Sil a Car alho
C l a Tat D o o		Manuel Albino Casimiro de Almeida
C l a Alb rto P nto		Manuel Antonio Sa Fernandes
C lo Lcl da Cama a Gonçal es		Manuel Coelho dos Santos
C l a M a uel Oli eira da Sil a		Manuel da Costa Andrade
Ca los Manuel Sousa Encarnaçao		Manuel Fe re ra Martins
Ca niro Gome Pereira		Manuel Joao Vaz Freixo
C e l a Pita Cata ino		Manuel Jose Dias Soares Costa
C o to ao Guer eiro Norte		Manuel Maria Moreira
D an l Abilio Fer a Bastos		Margarida Borges de Car alho
D an l Serrao Alhandria		Maria Assunção Andrade Este es
D an l gos da Sil a e Sousa		Maria da Conceição U de Castro Pe e ra
Ldta do Alfredo de Car alho P da Sil a		Maria Luisa Lourenço Ferreira
E lia Domingos M P Ribeiro da Silva		Maria Manuela Aguiar More ra
E sto de Almeida Guerra de Oli eira		Ma Patric a Pnei o Corre a e Lança
F nando Barata Rocha		Mario Ferreira Bastos Raposo
F nando Jose R Roque Correia Afonso		Mario Jorge Belo Maciel
F nando Manuel Al es Cardoso Ferreira		Mario Julio Montal ao Machado
F nando Monte ro do Amaral		Mário de Oliveira Mendes dos Santo
F ilip Manuel Sil a Abreu		Mateus Manuel Lopes de Brito
F ilia o Jose Pe e ra da Sil a		Miguel Bento M da C de Macedo e Sil a
F an isco Mendes Costa		Miguel Fernando C de Miranda Rel as
G liberto Parca Madail		Nuno Franc s o F Delerue Al im d Mato
C ido Orlando de Fre tas Rodrigues		Nuno Miguel S Ferreira Sil estie
H lia o Torres Aze edo Marques		Pedro Manuel Cruz Roseta
H umberto Pire Lopes		Reinaldo Alberto Ramos Gomes
I ame Gomes M lhomens		Rui Alberto Límpo Sal ada
Joa Al ar o Poças Santos		Rui Gomes da Sil a
Joi Costa da Sil a		Rui Manuel P Chancerelle de Machete
Joao Dom ngos F de Ab eu Salgado		Valdemar Cardoso Alves
Joa G a ja Rodrigues da Fonseca		Vasco Francisco Aguiar Miguel
		Virgilio de Oli eira Carneiro
		Vitor Pereira Crespo

Partido Socialista (PS):

Alfonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins
 António de Almeida Santos.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Moraes Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Luis Barreto Ferro Rodrigues.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Helena de Melo Torres Marques
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Lacão Costa.
 Jorge Luis Costa Catarino.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 Jose Florêncio B. Castel Branco.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Geordano dos Santos Covas
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos
 Maria Ana Silva Medeiros.
 Maria Julieta Ferreira B Sampaio
 Mário Augusto Sotomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Raul D'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vitor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Favares Brasileiro.
 Ana Paula da Silva Coelho.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito
 Carlos Campos Rodrigues Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.

Luis Manuel Loureiro Roque.

Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luisa Amorim.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Herminio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 José Luís Nogueira de Brito
 Narana Sinai Coissôrò.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV)

Herculano da Silva P. Marques Sequeira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: Ratificação n.º 42/V, solicitada pelos Srs. Deputados Jorge Lemos e outros do PCP, relativa ao Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de Outubro, que cria em cada escola do ensino secundário um fundo de manutenção e conservação do edifício escolar — foi admitida; Ratificação n.º 43/V da iniciativa dos Srs. Deputados Octávio Teixeira e outros do PCP, relativa ao Decreto-Lei n.º 301/88, de 27 de Agosto, que transforma a Fidelidade-Grupo Segurador, E.P., em sociedade anónima — foi admitida; Projecto de Lei n.º 303/V, apresentado pelos Srs. Deputados Ferro Rodrigues e outros do PS, sobre pensões de velhice e invalidez — foi admitido, baixando à 3.ª Comissão; Projecto de Lei n.º 304/V, apresentado pelos Srs. Deputados Narana Coissôrò e outros do CDS, propondo medidas destinadas a minorar os efeitos da sobrecarga fiscal resultante da entrada em vigor, em 1989, do novo imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas — foi admitido, baixando à 3.ª Comissão; Projecto de Lei n.º 305/V, apresentado pelos Srs. Deputados Jorge Sampaio e outros do PS, que elimina algumas restrições ao direito de contratação colectiva — foi admitido, baixando à 3.ª Comissão.

Foram também apresentados na Mesa, nas últimas reuniões plenárias, os seguintes requerimentos: ao

Presid e Para u n i ença i a
Sr D i lo Rui Si n ei b
Rui Si (IRD) — S i d i S D i
A i n ições Pa u lula s de Sol da idade
denominadas IPSS, ao hoj e o an ições de
hi apo o e ass ten ia social prom adamente
e j i s Jarli de Infancia e Li da 3
I r l o i ob o no g
d ique o ip estado i n In
i d i zido a i i tbalho n io oie
So ed d P u i esat e i o —
l arilamente m nas Inst i u ições que fui onam
b i tela do Min i te o da Edi ação assolPSS em
hoi onfr o i la om um a e p oblema que a
b ier sol io Lente podera ondu a egra
pira e i lu os pa i ma larga camada da
id portu Sao hoj d 2 000 o st a
h i te das li sse Tom fun o sq l ro d d cd
l i nfa i ulant l h i i / i i hoj e
c o c l o d uma a a prof s o al e de o de
d i i o n pati e c i a digna dific l etmuito
t o q e executan n , obr s d
i balhado s en ontram scrib a e do
E de R ulme itaç i o de l i balh
Belli n d l i abalho E ip e o 31
198 l i i datu u l l 2

A Sr.º Presidente: — O Sr. Deputado Joaquim Marques pede a palavra para que fá?.

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — Para pedir esclarecimentos. Sr.º Presidente.

A Sr.º Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Joaquim Marques (PSD): — Sr. Deputado Rui Silva, ouvi, naturalmente com interesse, a sua intervenção — aliás moderada e sensata — relativamente à questão das Instituições Particulares de Solidariedade Social e, sobretudo, quanto aos problemas que se colocam em relação aos seus trabalhadores.

Queria fazer uma pequena correção lembrando que a tutela destas instituições não pertence ao Ministério da Educação mas sim ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, através da Secretaria de Estado da Segurança Social.

Queria lembrar-lhe também que as Instituições Particulares de Solidariedade Social são organismos privados que o Estado tutela, mas apenas na medida exclusiva em que concede, efectivamente, apoios financeiros que permitem a essas instituições uma qualidade de serviços adequada aos fins a que se propõem.

Devo dizer-lhe que a referência que o Sr. Deputado fez a Portaria de 1985 é uma referência formal porque, em termos práticos, na generalidade, as Instituições Particulares de Solidariedade Social têm vindo, anualmente, a rever os salários dos seus trabalhadores.

O que o Sr. Deputado não deve esquecer é que a capacidade financeira destas instituições varia de uma forma quase extrema. Se há instituições que, efectivamente, têm uma capacidade financeira extremamente alargada, outras há que vivem quase exclusivamente do trabalho voluntário de muitos dos seus sócios e contribuintes.

Possuo dizer-lhe também que nós, social-democratas, defendemos, desde sempre, o direito à livre negociação colectiva. Neste caso concreto, Sr. Deputado Rui Silva, tem porventura conhecimento das diligências que o Governo, nomeadamente através do Ministério do Emprego e da Segurança Social, tem feito no sentido de sentar a mesa das negociações as organizações representativas destes trabalhadores e as organizações que representam este tipo de instituições de solidariedade social?

Fique, se não tiver conhecimento disso, poderá dizer-lhe e provar-lhe que tem sido feito um esforço grande no sentido de sentar à mesa das negociações representantes legítimos dos trabalhadores e das instituições, para que possam chegar à celebração de convenções colectivas de trabalho.

O Sr. Vieira Mesquita (PSD): — Muito bem!

A Sr.º Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. Rui Silva (PRD): — Muito obrigado, Sr. Deputado Joaquim Marques.

Na realidade, o Ministério da tutela destes Institutos é o do Emprego e da Segurança Social e não o da Educação como tinha referido.

No entanto, respondendo ao que perguntou, informo-o que tenho realmente conhecimento das diligências que mencionou porque faço parte delas. Sou

membro de uma Santa Casa da Misericórdia, na qual assumo funções directivas, e eu próprio me tenho disponibilizado para as negociações, eu próprio já tenho conversado com o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social, Conceição Pereira, sobre esta situação. Poi isso não sou capaz de dizer que, na realidade, não têm sido feitas diligências.

No entanto, no próprio terreno onde as IPSS estão implantadas, tenho um conhecimento imediato do que se passa pois, de há dois anos para cá, tenho visto, na Santa Casa da Misericórdia que tenho a honra e o prazer de dirigir, a quantidade de técnicos e de funcionários, que por lá têm passado, só porque essa mesma Misericórdia não tem capacidade de resposta.

Não duvido que existam Misericórdias que tenham mais capacidade de resposta do que outras. Foi, por não duvidar que referi na minha intervenção a necessidade de proceder-se a um levantamento. Veja-se o número de trabalhadores, veja-se a capacidade dos trabalhadores que lá estão. Caso contrário, é impossível continuar a ter auxiliares de limpeza, por quem eu tenho o maior respeito, a «guardarem» e a tomarem conta de crianças que deviam ter a acompanhá-las uma educadora de infância.

Ser que os esforços estão a ser feitos. Tenho aqui um documento relacionado com uma reunião a que estive presente, onde o Sr. Secretário de Estado da Segurança Social diz que há «que incentivar as ações das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações de Socorros Mutuos...»

Esta declaração não ocorreu há muito tempo. O documento relaciona-se com uma entrevista dada pelo Sr. Secretário de Estado da Segurança Social a um jornal semanário português há cerca de seis meses.

No entanto, não se compadecem destas palavras as crianças e os idosos que continuam com uma assistência muito vaga — não quero dizer sem assistência nenhuma —, que continuam à procura de melhores condições.

Nos, como directores, como responsáveis por estes casos, continuamos a confrontar-nos com dificuldades que, caso não sejam tomadas medidas urgentes, Sr. Deputado, com todo o respeito que tenho pelo esforço que tem sido feito; dificilmente conseguiremos ultrapassar para dar a educação ou a pré-educação que gostaríamos de dar às nossas crianças e o conforto que gostaríamos de dar aos nossos idosos.

Recordo que, no próximo sábado, se celebra o Dia Nacional do Idoso. Com algum esforço, a Santa Casa da Misericórdia de que sou responsável vai tentar, nessa data, proporcionar aos idosos um dia agradável. Posso dizer-lhe que, para isso, tive de recolher algumas colectas pois a capacidade financeira da Santa Casa da Misericórdia que dirijo para tanto não seria suficiente.

Não escondo, nem enjeto, nem rejeito o esforço que tem sido feito. Penso, no entanto, que ele tem de ser abreviado, que temos de encontrar soluções com mais celeridade pois a solidariedade social que é dada as Santas Casas da Misericórdia só pelas populações é insuficiente.

A Sr.º Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Alguns dias

olidos ja sobre a abertura da caça e hoje possi luma analise serena e realista do intrincado mundo de mot ações interesses e paixões que tiveram o seu lima na madrugada fresca do último domingo

E isto que a polemica está longe de ter acabado mas o opção ao público tem indo a se brindada com nge nua imagens de absoluta ciilidade e acatamento da lei por parte da esmagadora maioria dos caçadores magen essas que no dizer dos seus criadores são a prova cabal da justezza da actuação administrativa

Não urando agora de saber qual das multiplas por illa a mais a isada não deixa no entanto de ser lamenta el a falta de sentido da problemática da caça que a administração continua a revelar É sempre certo que *quod fecit factum* e que o arrependimento é o mais útil dos sentimentos Mas querer ver no desalento de ent nas de milhar de caçadores um claro e simples aca tamento da Lei e assegurar que as 26 transgressões d i rada ao a insignificante excepção que confirma

era no minimo nao querer admitir que o domin o passado constituiu a maior das frustrações e o mais claro indicio de que o actual quadro legislativo qual labirinto sem principio nem fim longe de proteger as espécies de estabelecer as regras deste jogo so i al apenas nos conduz a todos ao mesmo invio aminho de artificialização da mais antiga prática natural do Homem

Se no dizer de Vitorino Nemesio mesmo sem arma a tiracolo o homem ainda e caçador nos estratos mais fundos do carácter há que respeitar as regras de jogo social que é a caça entende la hoje como uma forma del olheira sustentada deixar que seja a sociedade tal como no passado a escolher os que de entre todos podem ser caçadores aceitar que a caça é um e u o natural renova el cujo património e onser a çao sao de nre esse nacional e não uma simples indus tria que sirva apenas para por esses montes a dar dinheiro acabar com o privilegio dos donos da caça que sob a designação genérica de técnicos contínuam a decidir a seu belo prazer quem quando o que como e onde matar aprender humildemente com os erros passados próprios eis alheios em vez de se d i a oluscar pelo brilho de imagens económicas que entam em principios violadores dos ritmos naturais r ar condições e actuar os mecanismos que assegurem um verdadeiro debate público desta complexa problemática que não e apenas um problema de alguns tarelinhos desejosos de descarregar o seu fisco e as suas mpotências sobre as indefesas avezinhas — para este eito o meu Grupo Parlamentar entregou ja na Mesa d i Assembleia da República um projecto de lei que visa a abertura dum debate público sobre a Lei da Caça om ista a urgente criação de um novo quadro legal regulador desta matéria

Sr Presidente Srs Deputados A fresca madrugada do último dia de outubro a na memória de muitos como o dia que a grande lei foi promulgada em que a aldeia da malta perdeu o nome dos sacarabos e dia em que os cães foram instruídos em lesões dia em que as erdadeiras espécies das usaram preservativo

Que esse dia tenha sido o último assim!

O Sr Vieira Mesquita (PSD) — Mas que linguagem!

A Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Joao Maças

O Sr Joao Maças (PSD) — Sr Presidente Srs Deputados O distrito de Portalegre situa-se no espaço Norte Alentejano e integra-se na Região Alentejo Procurando a ateriza-lo direi tratar-se de uma sub-região pouco acentuada a exceção da Serra de São Mamede a norte onde a altitude máxima atinge os 1 025 metros estabelece a separação das bacias hidrográficas dos rios Tejo e Guadiana

Embora possuindo amplitudes tem as acentuadas o clima da sub-região e temperado continental com características mediterrânicas Os solos são de granitos ou de calcários aparecendo de quando em vez alguma mancha de xistos esqueleticos

A escassez de chuvas sobretudo na zona não influenciada pela montanha proporciona um elevado grau de secura nos solos determinando o revestimento florestal à base do sobreiro e da azinheira sendo permitido em muitos casos a cultura de cereais aconselhando-se porem cada vez mais a exploração silvopastoril Em áreas bem definidas aparece a oliveira assumindo relevante importância e mais a Noite surge o carvalho e o castanheiro a par de modernos povoamentos de eucalipto e pinheiro bravo recentemente instalados

A agricultura de regadio essa prática se generalmente em precárias condições aproveitando-se as águas das barragens do Caia e do Maranhão

No que respeita à indústria o Distrito conta com pouco mais de duzentas unidades de transformação abarcando áreas como os têxteis o vestuário o aço a cortiça e a extração de granito representando esta 80% da produção nacional de granito ornamental Ao todo não empregam mais de 4 000 pessoas

Constituindo ainda hoje uma actividade pouco explorada contamos com o turismo no qual se depositam as maiores esperanças no futuro Para além do interesse turístico mental da maioria parte do nossos concelhos a população é a idade do costumes e a riqueza da paisagem a Norte existem dezenas de barreiros de interesse turístico na imensa zona de praia a possibilidade de apreciar facilmente os recursos naturais como a água e bem como a riqueza do nosso artesanato do nosso folclore e da gastronomia associados a hospitalidade das nossas gentes são atrações que precisam ser divulgados

Muitos se inspiraram nos encantos das nossas planícies na beleza simples das nossas aldeias vilas e cidades e todos quantos conhecem o distrito de Portalegre ficam surpreendidos com a transição perfeita que ele estabelece entre o Alentejo e as Beiras

Porem a dureza do trabalho nos campos assim como uma rede de estradas deficiente que em nada facilitou a implantação de maior número de indústrias fizeram com que pouco mais de 200 km fossem o suficiente para se sentirem os efeitos esmagadores da interioridade e se caminhasse para a desertificação e debilitação económica

O Sr Lemos Damiao (PSD) — Muito bem

O Orador — Sr Presidente Srs Deputados O espaço Norte Alentejano ocupa uma área de 4 932 km correspondendo a 18,9% da área da Região

Alentejo é aproximadamente a 5,5% da área do Continente. A densidade média de população é de 24 habitantes/km², contra 21 habitantes para o resto da Região e 105 habitantes/km² para o território do Continente. A população residente, segundo o censo de 1981, não ultrapassava os 118 000 habitantes, valendo a pena salientar a continuação do seu decréscimo e também o facto de a estrutura demográfica situar esta região como das mais envelhecidas do País, como tendência para assim se manter até ao ano 2 000.

Se estes indicadores representam de facto motivos de grande preocupação, não devem e não podem, no entanto, servir para consolidar situações de mero conformismo. Assim sendo e porque na sub-região se verificam condições que permitem encarar de uma forma integrada acções apoiadas no sector agrícola, na agro-indústria e no turismo, a Comissão de Coordenação da Região Alentejo, demonstrando um conhecimento profundo, quer das potencialidades, quer dos estrangulamentos, levou a cabo, por sua iniciativa, um trabalho que reputo da maior importância, visando o seu desenvolvimento.

Surgiu, assim, o PIDR/NA — Programa Integrado de Desenvolvimento Regional do Norte Alentejano, agora OID/NA — Operação Integrada do Desenvolvimento do Norte Alentejano, abrangendo, para já, treze dos quinze concelhos do Distrito. Trata-se de um instrumento que, ao nível dos vários sectores, empenha o empresário, o poder local, o poder regional e o poder central, revelando-se de transcidente interesse não só para a sub-região Norte Alentejana como também para qualquer política de desenvolvimento regional pelo facto de constituir a primeira acção integrada do País.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Embora hoje todos reconheçam a necessidade e as virtuosidades desta Operação Integrada, a verdade é que este trabalho há vários anos iniciado pela CCR Alentejo, nem sempre mereceu a melhor atenção por parte de Governos anteriores, nomeadamente por parte do Governo do Bloco Central. Mas não foi apenas também a esse nível que este Programa não colheu apoios.

Encontra-se bem vincada, na mente de todos, quanto ele foi denegrido por destacadados militantes e dirigentes socialistas que, na última campanha eleitoral, apregoavam que o PIDR, agora OID, não passava de mera demagogia do PSD em tempo de eleições e que jamais seria aprovado pelas Comunidades.

O Distrito de Portalegre tirará certamente agora as suas conclusões, já que o PIDR, a actual OID/NA, devidamente acarinhada e acompanhada pelos dois Governos do PSD, foi aprovada em Bruxelas pela Comissão das Comunidades no dia 13 do passado mês de Setembro tendo-se verificado a 7 deste mês de Outubro, aqui em Lisboa, a assinatura de uma declaração conjunta do Sr. Jacques Delors e do Ministro do Plano Valente de Oliveira que a formalizou.

A OID/NA é, de facto uma realidade.

É uma realidade que envolve investimentos de 24,2 milhões de contos, cabendo 14,4 milhões aos Fundos Comunitários, 5,2 milhões ao Orçamento de Estado, 2,9 milhões às Autarquias Locais e 1,7 milhões às entidades privadas.

Muito esperamos como resposta à aplicação destas verbas. Assim, ao nível da valorização e aproveitamento do potencial turístico, proceder-se-á ao ordenamento e melhor aproveitamento dos vários núcleos, termas e

barragens, à construção e modernização de estabelecimentos turísticos junto desses polos de atração, visando criar mais 1 200 camas, atendendo a que, por esta região, entram 20% dos turistas que visitam por terra o País. Igual atenção deverá ser dada aos espaços destinados a lazer e recreio, bem como aos edifícios históricos e monumentos, com vista a aumentar o seu interesse e contribuir para a sua conservação.

A indústria, com raízes seculares na sede do Distrito, terá de caminhar no sentido de uma autêntica modernização, ao mesmo tempo que se procurará avançar de molde a fomentar o aparecimento sobretudo de pequenas e médias novas empresas, que gerem postos de trabalho e motivem a fixação das populações.

No que ao potencial humano e às infra-estruturas concerne, a OID consagra a resposta a necessidades básicas, como a melhoria do saneamento básico, a distribuição de electricidade ou a recolha e transformação de lixos, proporcionando melhores condições de vida às populações e um maior aliciante para o desenvolvimento e implantação de infra-estruturas turísticas e industriais.

O Sr. Correia Afonso (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Porque não existe desenvolvimento económico sem uma boa rede viária, prevê-se a melhoria e o alargamento de estradas nacionais e caminhos municipais, a par de investimentos, a efectuar nos centros de saúde e nos hospitais distritais de Portalegre e Elvas, nestes, sobretudo ao nível dos equipamentos e da especialização de pessoal de enfermagem.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A necessidade de melhorar o ensino em diversos aspectos, fez com que a OID contemple a criação de escolas profissionais para jovens com dificuldades de aprendizagem, sistema até hoje inexistente no Distrito e a implementação do ensino técnico-profissional onde ele, por ventura, ainda não existe, bem como a construção de algumas escolas.

Aplausos do PSD.

Procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados nos diferentes ramos de actividade, muitas são as acções previstas em matéria de formação profissional.

Especificamente, no que ao sector agrícola diz respeito, sector fundamental na sub-região, é contemplado no plano do melhoramento de infra-estruturas ou, na sua criação, através da construção de pequenas barragens, da regularização do leito dos rios e ribeiros, da drenagem dos solos, da abertura de caminhos agrícolas e rurais, da electrificação das explorações, da reconversão da agricultura e do tratamento de águas residuais, nomeadamente dos lagares de azeite. Paralelamente, pretende-se gerar valor acrescentado e valorizar a produção agrícola, fomentando investimentos que tenham como objectivo a transformação e a comercialização do leite de consumo, o fabrico do queijo de ovelha e cabra, o fabrico de conservas típicas, a modernização das adegas, a transformação e conservação de frutos e hortícolas, a produção de azeite, a preparação de proteaginosas ou ainda o descasque e preparação do arroz, não esquecendo os frutos secos.

ação de experimentação que lhe de em estar ligado ao mundo a direção de culturas vegetais

O Sr. Fausto Marques (PSD) — Muito bem

O Orador — No subúrbio florido e a nele do dia florestas e elementos da paisagem respeitando aminhão florestais e a eros construindo possibilidades úteis à tecnica que contrariamente ao faorece a prática do pastoril entre A sem dúvida que já se está fazendo uso de algumas formas e tais a de flor ipoárse cultura na tendo em necessidade da presença das paisagens da flor tudo o que são particularmente ricas como acontece na Serra de São Mamede, onde se põe a criação do Parque Natural.

O Sr. Edmundo Pereira (PS) — Desenvolvimento por

O Orador — Sr. Presidente Srs Deputados (Não tinha intenção de tanto tempo abordando quanto que se de todos) tem mais direcção naquele que em nome Distrito de Portalegre para o Comunidade dito porem a alegria que nascem nestes momentos ao que a mudança da paisagem trazida.

Que me atrevo a dizer os que alargam a pena espantosa impõe para agora as instâncias de um lho daqueles que tão esquecidos foram no dia e em de bugar em lugares distantes suscitaram filhos.

Sr. Presidente — Sr. Presidente muito prospere o cumprimento da sua proposta.

Este é o recado da presidente do Sr. Presidente do Conselho de Estado.

O Sr. Presidente — Srs Deputados de informar que a Comissão de Cultura teve a reunião programada dia 2 de Novembro às 16 horas e 10 horas, no dia seguinte.

Que o andamento das eleições para um Secretário e um Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República

Na iminente encontro tenha palavra o Sr. Deputado

O Sr. Gomes (PS) — Sr. Presidente

Srs Deputados Pode parecer estranho que um Deputado utilize o período de ante da ordem do dia para publicar e sujeitar a consideração dos seus pares um problema sectorial como o da abertura de algumas instituições de crédito aos sábados nomeadamente o Banco Totta & Aço.

Muito estranho podia parecer quando esta discussão quase merecido uma publicação de tipo jornalístico apresentada como uma resposta alegando que o da população por cultura exclusivamente determinada pelo seu público.

O Sr. Presidente — Srs Deputados Nada mais falso!

A abertura de alguns balcões ao sábado não é concreto do Banco Totta & Aço e não foi determinada por exigências de bem público, mas com a necessidade da generalidade da população.

Pelo contrário esta situação foi determinada pelas exigências da generalidade da população que em sabores é em toda a região de Portugal duas Agências do Banco Totta & Aço respeitando exceção inclusiva e protegido na localização das mesmas que tal facto se traduz no interesse tem a generalidade dos clientes do sistema particular das duas Agências.

Se ir melhor o público terá impulsos fiduciários pelo seu crédito ao contrário dos produtos financeiros oferecidos pela banca no momento e nos dias em que o dadao é igualmente considerado ou sempre a nível príncipe. O a fim de semana a actividade econômica é igualmente intensificada individualmente considerado pelo cidadão que muitas vezes quer fazer alguma coisa que obterá pelo seu qualificação.

Se o público não se junta ao resto das operações de marketing mas antes criar melhores e mais fáceis condições de a isso ao crédito no meadamento para o investimento e para a aquisição da habitação própria e ainda assim terá uma melhor利用 das suas poupanças.

Sr. Presidente — O público com melhores condições de trabalho não faz o que é normalmente feito.

Em consequência de tudo isto há legitimidade para considerar que a abertura de algumas Agências no sábado foi determinada apenas com os objectivos claros de primeiro como balanço de ensaio para observar e analisar a atitude das partes interessadas e eventualmente propor com o resultado fundado o segundo objectivo que é de igualmente ligado ao próprio apetite e confronto dirigido a todos os preferentes do Governo e da Associação Portuguesa de Bancos e Sindicatos.

Sr. Presidente — Srs Deputados Como balanço de ensaio da abertura de duas Agências do Banco Totta & Açores pode observar a capacidade e a disponibilidade do Sindicato do Banco e sua associação com o Governo e suas profundas e polémicas quer no domínio da propriedade de pessoal quer no domínio da propriedade da Instituição.

Como desafio e confronto com o Governo é mentalmente um só um clarifica de poder. Em demonstração a sua idade e a sua idade política que um restrito grupo de gestores bancais e dirigentes do poder, com uma habilidade ilimitada nos seus corredores podendo hoje considerarem-se pequenos Deuses caseiros acima da lei e da obediência.

Mas também desafio e confronto com o Governo é uma e que este enquanto garante a autoridade de Estado e impõe impunemente a sua posição nobitário de manfestos de respeito pelas instituições e as próprias pessoas. Isto é da natureza que sempre serão os principais do Estado de D. Pedro os principais do Estado Democrático.

Mas ainda desafio e confronto com o Governo e com a sua política, uma vez que põe em causa a sua própria lógica. Nestes termos, o que estão a fazer os parceiros sociais sentados no Conselho de Concertação Social, quando os gestores de Empresas Públicas fazem o que querem?

Que pensarão os parceiros sociais quando afinal, a paredes metas, os gestores de empresas públicas fazem tábua rasa da correcta aplicação das normas laborais, fazendo das empresas que gerem feudos de medo, insegurança e arbitrio?

Que pensarão os parceiros sociais e, especialmente os Sindicatos, quando, ao discutirem os princípios da Concertação Social, afinal sabem que a lógica da outra parte continua a ser a do confronto e do arbitrio e mesmo a da denúncia unilateral dos princípios acordados?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O confronto e o desafio plasmados nesta acção do Banco Totta & Açores não é só dirigida ao Governo, mas também à Associação Portuguesa de Bancos e aos Sindicatos.

A Associação Portuguesa de Bancos, uma vez que tomada a decisão pelo Banco Totta & Açores unilateralmente e sem dar «cavaco a quem quer que seja» colocou a Associação em situação particularmente difícil não só quanto ao factor coordenação que sempre lhe competirá, como em relação aos restantes Bancos que assim se podem legitimamente considerar discriminados enquanto continuem a querer pautar a sua actividade nos limites da legalidade instituída.

Poi outro lado, ao «fechar os olhos», «ao lavar as mãos como Pilatos» quanto a esta questão, a Associação Portuguesa de Bancos implicitamente pactua com a violação de normas legais, a que os Bancos devem obediência como pactua, também, com a violação das normas conunitárias que ela própria há menos de três meses negocou com os Sindicatos dos Bancários.

Com este comportamento, a Associação Portuguesa de Bancos perde credibilidade quer quanto a si, quer quanto a sua própria natureza. E perde esta credibilidade junto aos Bancos em geral, públicos e privados, nacionais e estrangeiros, como a perde também junto dos Sindicatos e mesmo da generalidade da opinião pública.

E então aquele objectivo de desafio e de confronto, atingiu o seu fim esperado: o desgaste da imagem da Associação Portuguesa de Bancos e do seu papel de coordenadora da actividade das Instituições de Crédito no limiar de 1992.

Poi último, este desafio e este confronto também são dirigidos aos Sindicatos e à U.G.T., uma vez que têm por objectivo ou a sua acomodação pura e simples ao arbitrio, à injustiça, ou o seu desgaste através do desencadeamento de formas de luta eventualmente desadequadas.

Desadequadas porque põiam, em causa os princípios da Concertação Social que urge reconstruir na mesa de negociações com parceiros sociais determinados pelos princípios da boa fé negocial e com um Governo que assuma os fracassos da sua política.

E, pois, um desafio à serenidade dos Bancários e dos dirigentes sindicais que é lançado pelo Banco Totta & Açores, e um repô ao confronto directo com o recentemente privatizado Banco Totta & Açores que os Sindicatos dos Bancários, certamente, evitarão.

Numa atitude perfeitamente responsável e consciente as Direcções dos Sindicatos dos Bancários solicitaram

audiências aos Srs. Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro das Finanças, Secretário de Estado do Tesouro, Associação Portuguesa de Bancos e Conselho de Gestão do Banco Totta & Açores.

A verdade é que até hoje foi o Sr. Presidente da República o único a responder afirmativamente, tendo já recebido os dirigentes dos três Sindicatos dos Bancários.

Das outras entidades a resposta foi NADA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É no campo do combate político que não se dão tréguas ao Conselho de Gestão do Banco Totta & Açores para reposição da legalidade.

É no campo do combate político que se exige uma resposta do Governo a esta situação. É no campo político que se quer ver a Associação Portuguesa de Bancos assumir-se enquanto tal.

É, pois, também aqui na Assembleia da República que cabe a discussão desse comportamento!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A região do Algarve por razões exógenas e necessariamente circunstanciais (resultantes do imperdoável abandono que foi votada durante séculos) é, do ponto de vista cultural e arquitectónico, a pachela mais indígnea do território nacional e, infelizmente, pouco se tem feito para recuperar esse atraso que os homens e as instituições têm, com alguma complacência, continuado a admitir e a consentir.

Mas se o Algarve foi durante séculos uma terra desconhecida e ostensivamente ignorada pelos poderes públicos — espécie de espaço cultural fechado ao exterior —, começou, contudo, nos meados da década de 60 e mercê das suas enormes potencialidades turísticas, a evidenciar-se do ponto de vista económico e social, adquirindo um estatuto de estância privilegiada que a tornou na actualidade na zona de Portugal mais procurada e visitada por nacionais e estrangeiros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Estes que se extasiaram com o seu sol e as suas tépidas águas tentam conhecer a sua realidade sociológica, penetrar na sua cultura, pesquisar os seus costumes a até ajuizar das vicissitudes do seu percurso histórico, deparando neste campo com um imenso deserto, sentido com particular acuidade pelos responsáveis locais mais conscientes que esforçam e apadrinharam com inusitado carinho, tudo o que possa contribuir para valorizar o incipiente património cultural da região, ou possa estimular o gosto e a criatividade dos seus residentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É uma área que os algarvios não podem nem devem descurar, alertando e solicitando as entidades governamentais para a exrema necessidade de superar esta grave lacuna, que alguns designam com alguma propriedade «O vazio cultural do Algarve».

E uma aposta que constitui uma tarefa urgente e reclama a boa vontade de todos, mormente dos que,

por sensibilidade ou exigência de espírito sentem a necessidade de cultivar uma preciosa tradição ancestral preservar uma identidade cultural própria única forma de evitar a descaracterização continua e agressiva a que o Algarve tem sido submetido nos últimos 20 anos incluindo elementos provocados pelo choque com a encial dos milhares de turistas que em grande escala inapelalemente os seus usos e costumes

Aplausos do PSD

Sr Presidente Srs Deputados Esta amargura realidade que será tanto mais irreversível quanto o desleixo dos homens e a negligência das autoridades o permitem não pode continuar por mais tempo sob pena de se diluir por completo ou pouco que resta da cultura tradicional do povo algarvio pelo que se torna absolutamente indispensável apoiar energicamente quem se dispuser a dar um contributo válido que conduza rapidamente à inversão desta dramática situação

E o Conservatório Regional do Algarve — é de zemo lo não só por imperativo de justiça mas por traduzir a realidade dos factos — tem desempenhado um papel extraordinariamente positivo no rompimento da endémica inércia que tem caracterizado os Algarvianos no plano cultural motivando-os e incutindo-lhes o interesse pelas artes incentivando o seu ensino e cultura e sobretudo imprimindo uma dinâmica que tem feito despertar nas camadas mais jovens o gosto pelas actividades artísticas conseguindo mesmo sensibilizar os seus progenitores para a necessidade de preservar e acautelar o nosso património cultural

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O Conservatório Regional do Algarve que iniciou a sua actividade em 1972 tem nestes 16 anos constituído um símbolo e uma bandeira na defesa desse precioso e ameaçado espólio promovendo coloquios organizando concertos suscitando debates e chamando a atenção para a verdadeira importância que a arte e a cultura representam na vida dos povos

Constitui na verdade um trabalho de inestimável alcance que inspira o maior respeito e admiração e sem dúvida que os algarvios reconhecem o crédito e o prestígio que essa instituição goza face aos relevantes serviços prestados à cultura com incidência especial no domínio da música

Podemos afirmar que a sua obra é considerada insubstituível no quadro da actividade cultural do Algarve colocando-se mesmo em pé de igualdade com as mais destacadas instituições congêneres de Lisboa e Porto

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Esta realidade é testemunha da forma inofensiva pelo progresso e ininterrupto aumento de alunos que o frequentam e pelos mais de 700 que compõem a longa lista de espera na expectativa dum oportunidade para nele ingressarem

Sr Presidente Srs Deputados É com esta perspectiva e com este preço significado que procuramos realçar perante os amigos representantes do país o português a importância que atribuímos ao Conservatório Regional do Algarve o poderoso impulso cultural que ele está dando às gentes algarvias e fundamentalmente

reconhecer a indispensabilidade deste trabalho prossegui-lo que só poderá acontecer duradouramente e sem sobressaltos se o Estado assumir como lhe compete a respectiva oficialização

Um Estabelecimento de Ensino desta dimensão não pode nem deve continuar a subsistir de esmolas ou subsídios e a viver a custa da solidariedade dos seus professores e alunos como até aqui infelizmente tem acontecido

É de notar que o trabalho por ele desenvolvido no domínio da cultura musical foi entusiasticamente sublinhado por Sua Exceléncia a Secretária de Estado da Cultura durante as cerimónias oficiais do Dia Mundial da Música que ocorreram na cidade de Faro no dia 1 de Outubro ocasião que serviu também para o lançamento da primeira pedra para a construção do novo e moderno edifício do conservatório que orça em mais de 200 000 contos

Satisfaz-se assim uma necessidade há muito reivindicada que em contribuir certamente para uma maior funcionalidade dos serviços solucionando definitivamente o problema das instalações abrindo ainda uma perspectiva risonha para a entrada de centenas de jovens de toda a província que até a data têm sido impedidos de o fazer

Sr Presidente Srs Deputados Pensando no futuro ousamos afirmar que é indispensável conscientizar os governantes que de nada valerá a grandeza da obra a realizar se não forem criadas as condições necessárias que garantam o seu equilíbrio financeiro que só será conseguido com a sua oficialização

Tal medida virá de encontro às necessidades da região e corresponderá a um profundo anseio das populações repetidas vezes manifestado pelos seus principais responsáveis que justificadamente tem exigido a sua equiparação aos Conservatórios de Lisboa e Porto que há muito usufruem dessa condição

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr Deputado Rogério Brito

O Sr Rogério Brito (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados Há dias estava assistindo ao Telejornal quando apanhou com uma notícia dada sobre um ar tão sério e dramatizado que me deixou completamente passado

Tal notícia reza a — Depois de andar afogada em excessos de manteiga e de a ter de vender a preços de desbarato a União Soviética — precisava a notícia — a comunidade económica europeia confronta-se agora com a falta da dita cuja! Desta forma e assumindo a sua quota parte de responsabilidade o Governo Português decidiu que seja reduzido o teor de gordura do nosso leite pasteurizado para aumentar a produção da manteiga por forma a acorrer às carencias do mercado comunitário

Assim — rezava a notícia dada pelo Telejornal — fiquei angustiado e certo mas ao mesmo tempo senti-me reforçado ao enfatizar a resposta nobre e imediata do nosso governo ao assumir e projectar desde logo o nosso sentido ecuménico de estar no mundo perante esta realidade comunitária os portugueses devem presentemente avançando já e em força com a mobilização de todas as suas capacidades produtivas produzindo manteiga para a Europa

E se o mal de uns é por vezes o bem de outros, a verdade é que esta situação do mercado comunitário nos vinha mesmo a calhar dado que há mais de um ano, e segundo o governo português, já nos encontravamos, também nós, com excedentes de leite que por certo persistiriam, dado que não tínhamos exportado manteiga.

Este facto, aliás, levou-me a sentir remorsos de ter criticado tão fortemente a actuação do Sr. Ministro da Agricultura — na altura, aliás com toda a raiva, chamava-lhe ministro «dos Affaires Comunitários, de pasta de papel e do latifundiários». Mas, dizia eu, senti remorsos de ter criticado a decisão tomada pelo Sr. Ministro Álvaro Barreto, em finais de 87, de não conceder ajudas aos investimentos no sector bovino leiteiro que envolvessem aumentos do efectivo das explorações ou que visassem a substituição parcial do respectivo efectivo pecuário nacional. Tínhamos excedentes, havia que conter a produção. Excedentes é que não! Aumentar os efectivos bovinos leiteiros? Não com a ajuda do Governo ou da CEE. Substituir efectivos? Nunca! Rejuvenescer os efectivos? Para quê que temos excedentes? Vamos lá deixar envelhecer os bichinhos. Melhorar a genética dos nossos efectivos bovinos leiteiros? Para quê? Que importa que as elevadas produtividades alcançadas na comunidade resultem cada vez mais de apuramentos genéticos obtidos com tecnologias que não dispomos?

E assim, mergulhado nestas conjecturas lá me fui devendo embalar. Havia no entanto, aqui qualquer coisa que escapava à racionalidade. Havia aqui falta de lógica ou então a lógica era mesmo uma batata.

E não é que me começavam a surgir as dúvidas?!

Iria o «Telejornal», dirigido por economistas, analistas do mercado e especialistas de política internacional, dar um notícia deturpada? Mas seria possível que alguém minimamente a par das economias portuguesa e comunitária assumisse uma notícia tão pouco credível, sem primeiro a confirmar? Ou a notícia foi divulgada, ou colhida, exactamente junto do governo português?

As minhas dúvidas transformavam-se cada vez mais em certezas. Aqui havia gato, ou rato, tanto faz. Mas que havia, havia. Quem assumia a responsabilidade? Aqui a dúvida ainda hoje persiste.

Quem transformou, por magia, uma situação de carência nacional em excedente, e quem com varinha de condão acabou com os excedentes comunitários e os transformou em míngua, também não sei, mas que a notícia invertia por completo a realidade, e escondia os resultados de uma política errada e contrária aos interesses dos nossos produtores de leite e da nossa economia, era um facto.

Na semana seguinte a verdade acabou por surgir, o País tomou consciência de que Portugal não venceu a produção deficitária de leite. Afinal, quem tem falta de manteiga somos nós, em lugar de o exportarmos vamos ter que a importar, mas a mentira e a irresponsabilidade de quem propalara a notícia na semana anterior não foi assumida. Colou em quem colou, e colou em imensa gente, gerando falsas expectativas, prejudicando os produtores, os consumidores nacionais e a economia do sector, porque deu cobertura a uma política errada que exige urgente inflexão e correcção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não foi minha intenção sobrevalorizar o erro noticioso e as consequências do mesmo. Procurei tão somente — mesmo que com

humor, e o humor é caustico — chamar a atenção para uma situação que, infelizmente, não é rara.

Os problemas que a integração comunitária da agricultura portuguesa coloca, a necessidade urgente de desenvolver e modernizar a nossa agricultura, de aumentar a produção, de equilibrar a balança comercial agrícola, de melhorar as condições de vida nos campos, exigem uma política democrática. Exigem rigor e objectividade. Exigem-no do Governo e da imprensa.

Quanto mais esclarecido o País estiver sobre os problemas e os desafios que se lhe colocam, maiores capacidades terá de dar resposta.

Escondendo a verdade, alterando a verdade, mentindo, desarma-se o País e reduzem-se as capacidades de responder e de vencer o desafio!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Peço aos serviços o favor de alertarem os Srs. Deputados que se encontram nas comissões para o facto de que a eleição que está a ter lugar na Sala D. Maria termina às 17 horas.

Srs. Deputados, vamos passar à votação de dois votos de congratulação que já foram distribuídos pelos diversos grupos parlamentares.

O primeiro, apresentado pelo PCP, é relativo à participação de atletas nos Jogos para/Olímpicos para Deficientes.

Vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de «Os Verdes».

É o seguinte:

Considerando os excelentes resultados alcançados pela Delegação portuguesa que participou nos Jogos Para Olímpicos para Deficientes, que se realizaram em Seul, onde estiveram presentes 13 atletas que, com esforço, dedicação e desportivismo, conquistaram no conjunto três medalhas de ouro, quatro de prata e cinco de bronze, em várias modalidades, dignificando desta forma o desporto nacional,

A Assembleia da República:

Sauda calorosamente os atletas que participaram nos Jogos Para Olímpicos para Deficientes e pronuncia-se pela adopção de medidas tendentes a apoiar e desenvolver o desporto para deficientes.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para anunciar que o meu grupo parlamentar irá entregar na Mesa uma declaração de voto por escrito.

O Sr. Presidente: — Certamente, Sr. Deputado.

Pausa.

Os Srs. Deputados Eduardo Pereira, Joaquim Marques, Narana Coissoró, e Marques Júnior anunciaram que também farão chegar à Mesa declarações de voto por escrito.

Srs. Deputados, está suspensa a sessão por alguns minutos a fim de os Membros da Mesa se dirigirem à Sala D. Maria para votar.

Eram 16 horas e 30 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Vamos passar a votação do segundo oto de congratulação apresentada pela Mesa relativo ao 43º aniversário da entrada em vigor da Carta das Nações Unidas

Submetido a votação foi aprovado por unanimidade e standos se a ausência de Os Verdes

E o seguinte

Celebrou-se no passado dia 24 de Outubro mais um Aniversário da entrada em vigor da Carta das Nações Unidas

Data histórica de relevante significado já por que as condições conjunturais que suscitaram a criação da ONU mantêm a mesma acuidade já porque o contributo das Nações Unidas para a paz e o progresso dos povos tem sido uma realidade indesmentível

Neste dia nascera a esperança porque se feceu que a palavra e o diálogo haviam de ser únicos instrumentos para derimir conflitos internacionais e garantir a supremacia dos direitos fundamentais das pessoas dos povos e dos Estados

Ao longo dos 43 anos da sua existência produziu tal trabalho e realizou talas ações a favor da segurança e da paz que legitimou a esperança

Ao relembrar esta data histórica a Assembleia da República exprime a sua congratulação pelo admirável esforço desen olvido pela ONU na defesa dos princípios e processos que foram sao e continuaram a ser a imperativa razão que lhe deu causa e que constitui um dos contributos mais enriquecedores do património da humanidade

Ao relembrar esta data a Assembleia da República sauda especialmente o Secretário Geral da ONU Senhor Perez de Cuellar que decididamente tem contribuido para a dignificação da ONU e para a realização dos seus altos objectivos

O Sr Presidente — Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr Deputado Soares Costa

O Sr Soares Costa (PSD) — Sr Presidente Srs Deputados Celebrou-se na passada segunda feira o dia das Nações Unidas. Ao encerrar os 43 anos da ONU evocamos também nesta Assembleia da República a data de 24 de Outubro de 1945 quando as grandes potências mundiais, depois de guerra, muitos outros países signatários ratificaram a Carta das Nações Unidas

Com esse facto histórico iniciou-se uma nova era, uma era de abertura e de diálogo entre as Nações com vista à consolidação da paz no mundo e da segurança dos povos, mas também com vista à defesa dos direitos humanos e implementação de ações nomeadamente as de natureza humanitária, que visam mitigar o sofrimento dos povos do mundo na sequência das crises e das tensões que, em muitas regiões, se têm gerado ao longo destes últimos 43 anos.

Com o esforço e a cooperação de muitos países do mundo que ratificaram a Carta das Nações Unidas, foi se criando aquilo que hoje podemos chamar o sistema das Nações Unidas, sistema esse constituído também por um conjunto de agências internacionais de que gostaria de mencionar aqui apenas algumas, como seja o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que tão meritória ação tem realizado em fa-

nomeadamente destes desalojados. A UNESCO na área de ciência e cultura, a FAO na área da agricultura e da alimentação, e a Organização Mundial de Saúde. Ao longo deste período nem sempre a imagem da Organização foi assim eleada. Houve períodos bons também houve períodos menos bons, mas tal obviamente fica a dever-se à consequência das crises e das tensões que a Organização teve que enfrentar ao longo da sua existência.

Todos recordamos algumas dessas crises importantes em que a ONU foi centro delas mesmas, e da sua solução, a guerra da Coreia, o conflito do Vietname, a crise do Suez, as sucessivas crises do próximo Oriente, situação que aliás é infelizmente continua por solucionar e mais recentemente a guerra do Golfo, a situação do Afeganistão, a problemática da África Austral.

Em muitos casos, a solução foi difícil, sobretudo demorada e em alguns deles, chegou-se mesmo a pôr em causa a eficácia da organização que todos desejariam ter isto. Mas também todos sabemos que a negociação política é, por natureza demorada porque acima de tudo é necessário em primeiro lugar ganhar a confiança dos interlocutores e ganhar essa confiança leva por vezes demasiado tempo.

Contudo, a organização manteve-se, mesmo que a situação que pôde surgir de mecanismos temporários, não é dela a situação que se adiinha, mas que explora e faz a alastrar. E teve brevemente acreditado conseguir que o multiplo rilhão de pessoas que amaram a paz do mundo e que lutaram para não esses decretos gerados no mundo.

Na realidade o mundo como tal tem vivido em paz com a exceção óbvia dos conflitos regionais a que aludi. E esse facto tem obviamente de ser levado a crédito da ONU.

Sr Presidente Srs Deputados. Ao comemorarmos os 43 anos da ONU fazemo-lo no entanto em perodo alto da Organização das Nações Unidas. Há que reconhecer e acentuar os méritos dos exitos conseguidos no último ano. Refiro-me particularmente ao Acordo de Genebra sobre o Afeganistão, o ter-se conseguido fazendo-se à Mesa as partes — pelo menos algumas — directamente interessadas no conflito da África Austral, ter-se conseguido o cessar-fogo, a guerra do Golfo, um conflito que alastrava há oito anos.

Tudo isto se deu e é incansável a ação mediadora do Secretário Geral Perez de Cuellar a quem queremos prestar hoje as nossas homenagens pelos exitos que tem alcançado e não deixar sem uma referência especial o Prémio Nobel da Paz que recentemente foi concedido às forças de paz das Nações Unidas, cuja ação tem sido decisiva para a consolidação da paz em tantas partes do mundo em conflito.

Mas outras questões preocupantes continuam ainda em agenda e por isso resolvemos hoje aqui apenas duas delas, a situação de Timor Leste e do Próximo Oriente.

Portugal continua a ser reconhecido internacionalmente como potência administrante do território de Timor Leste, mas a ocupação do território pela Indonésia tem impedido que Portugal assuma plenamente as suas responsabilidades. Por isso sao hoje as Nações Unidas o fórum de onde podemos esperar que a solução dos problemas do território de Timor Leste possa ser encontrada no âmbito dos bons ofícios do Sr. Secretário Geral Perez de Cuellar, tentando pelo diálogo alcançar uma solução justa e honrosa para o problema de Timor.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, são os direitos humanos do povo maubér que têm sido atingidos de forma particularmente desumana, são as tradições históricas, culturais e mesmo religiosas do povo de Timor que estão em perigo, é a perenidade da contribuição secular da cultura portuguesa em Timor e da nossa língua que estão em causa.

Na hora em que invocamos o Dia das Nações Unidas, julgo que chegou o momento para acentuar também as responsabilidades que continuam a caber à Organização das Nações Unidas. Por isso, congratulamo-nos com o facto de, recentemente, vermos na cena internacional, por parte de instâncias internacionais, um crescendo de reconhecimento em favor das posições de Portugal.

A minha bancada tem sempre pugnado em favor da autodeterminação do povo de Timor; aliás manifestámos sempre posição clara sobre esse ponto. Queremos uma solução honrosa e justa para Timor Leste e por isso suponho que, conjuntamente com o voto apresentado deveríamos também fazer saber ao Sr. Secretário-Geral da ONU da disponibilidade e do empenhamento da Assembleia da República para que esse objectivo possa ser atingido.

A bancada do Partido Social Democrata, Sr. Presidente, associa-se, com grande satisfação, ao voto que é, simultaneamente, um voto de congratulação pelo aniversário das Nações Unidas e de homenagem pelos êxitos recentemente alcançados pelo Sr. Secretário-Geral Perez de Cuellar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Carta das Nações Unidas, que pode considerar-se a síntese hereditária de uma teoria ocidental dos projectistas da paz, entre os quais se inscrevem nomes como os de Penn, Leibnitz, Kant, pretendeu conciliar, no mesmo texto, duas tradições ou legados ocidentais em conflito permanente.

A primeira, aquela que mais vezes saiu vitoriosa, foi a tradição maquiavélica que hierarquiza os poderes políticos pela força, remete o direito para componente da imagem desejada e, finalmente, decide segundo a regra de que quem tem o poder joga-o.

Outra, a tradição humanista, acreditou no direito natural, pretendeu deduzir dele um quadro jurídico que eliminasse a guerra, isto antes de poder adivinhar que a guerra assumiria os aspectos existenciais do nosso tempo.

O primeiro legado foi recolhido no conselho de segurança, dentro do qual o poder nuclear originou a majestade das superpotências e o voto aniquilou as esperanças depositadas num conselho eminentemente aristocrático.

O próprio Roosevelt o justificou, na altura, declarando que um grande país não se submeteria aos votos dos pequenos em questões do seu interesse vital.

O segundo legado foi recolhido na Assembleia Geral, que teve sempre a debilidade de as suas decisões não serem obrigatorias, mas simples *guiding principles* para o mundo. Mas coube-lhe o poder de levantar o clamor mundial contra as injustiças, apelar para esse tribunal da opinião internacional de que falara Wilson, ser o

lugar único do mundo onde todos podem falar com todos, a tribuna onde anualmente se faz o processo da situação mundial, sem todavia poder ir mais longe, ainda quando, em 1950, a resolução *Uniting For Peace* pretendeu suprimir as contradições e insuficiências resultantes da diferente estrutura e competência do Conselho e da Assembleia.

Por isso sempre defendemos a necessidade de manter e aperfeiçoar as Nações Unidas, mesmo quando a acção egoísta das superpotências e a impoderião das maiorias levava De Gaulle a chamar-lhe «*le marchin'*», porque não faziam justiça aos países, como tantas vezes aconteceu com Portugal.

Mas tem de salientar-se o débito em que estamos em face das organizações especializadas e também gostaria de aproveitar estes curtos minutos para lembrar que o seu primeiro Secretário-Geral Hammarskjold procurou superar a situação definindo uma personalidade política específica e respeitada para a função que lhe foi entregue, agiu com independência dos restantes órgãos e morreu, como parece ser necessário nestas circunstâncias, no cumprimento do dever.

Em face da situação internacional que vivemos, colhe-se a impressão de que essa frustada tentativa, não retomada pelos homens que lhe sucederam, foi continuada finalmente, usando com talento diplomático as circunstâncias de debilidade das superpotências pelo actual Secretário-Geral Perez de Cuellar.

Quando as circunstâncias o proporcionaram, ele estava lá atento e não se escusou a assumir o risco e a responsabilidade que parecem desenvolver-se em esperanças fundadas nestes dias em que celebramos o 24 de Outubro de 1945, em que a Carta da ONU entrou em vigor.

Votamos a proposta que foi presente à Câmara e acrescentamos que desejamos que a magistratura do Secretário-Geral receba, finalmente, a definição, o acautamento e a autoridade que não esteve ao alcance da vida curta que deixaram viver ao Secretário Hammarskjold.

Dessas autoridade e função podem decorrer finalmente soluções justas para casos como o de Timor (que nos interessa a nós) e África Austral, cuja guerra dura há 28 anos, e, finalmente, acabar esta contradição que é querer ao mesmo tempo o armamento e o desenvolvimento com a consequência de fazer coincidir as guerras marginais com a fome.

A nossa esperança é a de que esse terrível binómio seja substituído pelo da paz pelo direito e da abundância pela justiça, com esta finalmente a presidir às relações entre os homens e os povos, tal como fora prometido na Carta do Atlântico e que a geração que a ouviu ler não viu, até hoje, traduzir em factos.

Aplausos gerais.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.º Presidente Manuela Aguiar.

O Sr.º Presidente: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O mais importante fórum internacional, a Organização das Nações Unidas, que celebrou no dia 24 do corrente mês o seu dia, pouco se parece na actualidade com o pequeno embrião de 56 países

que lhe deu origem em 26 de Junho de 1945 em São Francisco nos Estados Unidos

Apesar de todas as dificuldades existentes no seu funcionamento a ONU mantém a viva esperança do mundo na paz e cooperação como visões e actuais são os objectivos constantes da sua Carta a manutenção da paz e a segurança internacional a adopção colectiva de medidas contra as ameaças à paz tendente a evitar actos de agressão e a favorecer a resolução pacífica dos problemas entre as Nações a promoção de relações pacíficas entre todos os povos do Mundo com base na igualdade de direitos e na liberdade da auto-determinação dos povos o desenolvimento da cooperação internacional a fim de se resolverem os grandes problemas da humanidade

Nos últimos anos e sobre a presidência de Perez de Cuellar as Nações Unidas desempenharam um papel mediador de extrema importância na tentativa de resolução de conflitos regionais Passos significativos e muito positivos foram dados no Afeganistão na África Austral na guerra do Golfo e iniciativas importantes são tomadas para a resolução de problemas do Médio Oriente

Esperamos igualmente que a questão de Timor possa merecer das Nações Unidas uma resolução que condene a Indonésia contribua para por fim ao genocídio praticado contra o povo mauber e lhe garanta o seu direito à autodeterminação e independência

A atribuição este ano do Prémio Nobel da Paz às Forças de Manutenção da Paz das Nações Unidas é o reconhecimento e a homenagem internacional à ONU pelas actividades em prol da solução pacífica dos conflitos

A luta pela paz e pelo desarmamento constitui um passo fundamental pela luta contra o subdesenvolvimento a fome e a miséria

A Sr. Ilda Figueiredo (PCP) — Muito Bem!

O Orador — No último relatório das Nações Unidas Perez de Cuellar afirma que o fosso entre os países ricos e os países pobres se tende a alongar nos próximos anos e que a situação em África e cada vez mais dramática

Apenas um exemplo no ano 2000 enquanto que um habitante da Europa receberá em média cerca de 12 000 dólares por ano mais de mil milhões de pessoas eram o seu rendimento permanecer inferior a 300 dólares por ano

Uma política de paz e desarmamento contribuirá sem dúvida para diminuir este fosso lembremos que os países industrializados consagram 20 vezes mais recursos aos seus orçamentos militares do que ajuda ao desenvolvimento

Ao votar hoje faço ovelmente o voto de congratulação sobre a passagem do Dia das Nações Unidas o Grupo Parlamentar do PCP associa-se a todos aqueles que lutam pelo progresso pela justiça pela igualdade pela independência pela cooperação e pela paz

Aplausos gerais

A Sr. Presidente — Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior

O Sr. Marques Júnior (PRD) — Sr. Presidente Srs. Deputados O dia 24 de Outubro Dia das Nações

Unidas é uma data que marca a história da humanidade e deve dar lugar a uma reflexão relativamente aos seus principais objectivos que são impedir o uso da força na relação entre os países em manter a paz e a segurança e em melhorar as condições económicas e sociais de todos os povos do Mundo

Neste último aspecto a ONU ao nível das suas áreas das organizações tem tido um papel relevante na preservação do património cultural a nível mundial e nas acções desenvolvidas embora ainda muito insuficientes na defesa dos povos mais desfavorecidos em especial no que respeita aos cuidados de saúde e ao problema da fome

O PRD associa-se naturalmente a mais um aniversário da Organização das Nações Unidas num momento em que também os desenvolvimentos recentes a nível da manutenção da paz permitem perspectivar soluções para graves conflitos que têm afligido a comunidade internacional

De facto depois de a Organização ter assistido quase impotente ao desenvolvimento de conflitos de âmbito mais ou menos regional e com cauteloso optimismo e com muita esperança que vemos a intervenção em especial do Secretário Geral Perez de Cuellar no sentido da procura de soluções para um crescente número de conflitos que começavam a por em causa a estabilidade mundial e a capacidade da ONU para cumprir em pleno os seus objectivos em especial o de impedir o uso da força na relação entre os países

Neste contexto o problema de Timor assume para Portugal papel relevante

O esforço que conjuntamente tem sido desenvolvido por Portugal com a participação de todas as forças políticas e humanitárias tem tido nos últimos tempos eco na comunidade internacional e pensamos que o encontrar rápido da solução para o problema de Timor será mais um factor de prestígio para o trabalho recente desenvolvido pela ONU e pelo seu Secretário Geral a justificar também a justa atribuição do Prémio Nobel da Paz às forças da ONU para a manutenção da paz

Neste ano em que se comemora o 40º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e em que a ONU convida os Estados Membros a tomar em iniciativas adequadas nomeadamente à proclamação oficial do dia 10 de Dezembro como dia dos Direitos do Homem pensamos que a solução do problema de Timor seria o corolário lógico deste aniversário porque Timor é hoje infelizmente um símbolo internacional da violação dos Direitos do Homem A nossa esperança tem pois também um nome — Timor

Aplausos gerais

A Sr. Presidente — Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre

O Sr. Manuel Alegre (PS) — Sr. Presidente Srs. Deputados O Partido Socialista dá todo o seu apoio a este voto e fazemo-lo com profunda convicção

Com efeito os socialistas portugueses sempre defenderam a Carta das Nações Unidas os seus princípios os seus valores e as suas resoluções mesmo quando em Portugal era moda atacar e ser contra as Nações Unidas

Quando lutávamos pela liberdade política dos portugueses e exigímos em Portugal o respeito dos Direitos

do Homem estávamos a ser fiéis à Carta das Nações Unidas. Quando nos opúnhamos à guerra colonial e nos pronunciávamos pelo respeito do direito dos povos à autodeterminação, estávamos a ser fiéis à Carta das Nações Unidas.

Do mesmo modo que hoje, quando nos recusamos a reconhecer a situação de facto existente em Timor Leste e nos pronunciamos pelo direito do povo de Timor Leste à autodeterminação, estamos ainda a ser fiéis à Carta das Nações Unidas.

Obviamente que com a instauração da democracia em Portugal o nosso país reencontrou-se consigo mesmo e recuperou nas Nações Unidas o lugar de nação democrática e prestigiada.

As Nações Unidas nasceram na sequência da II Guerra Mundial. Decidiu-se, então, construir um fórum, um grande fórum mundial para impedir que uma tal hecatombe pudesse repetir-se e para que o diálogo e a palavra substituissem o confronto e a linguagem das armas.

Garantir a paz e a segurança internacionais sempre foram os objectivos primordiais das Nações Unidas. Nem sempre esse designio foi facilmente conseguido mas, mesmo nos períodos de maior tensão e de maior agravamento da situação internacional, as Nações Unidas foram, muitas vezes, o único local, o único fórum onde, apesar de tudo, era possível dialogar e buscar soluções políticas e de paz.

Creio que estamos numa nova era das Nações nas relações internacionais. Há um novo espírito, um novo clima, de certa maneira uma nova ordem dos séculos, favorável ao desanuviamento, ao diálogo, à cooperação e à busca de soluções políticas e de paz.

Neste contexto, obviamente que as Nações Unidas recuperaram um outro dinamismo, uma outra eficácia e uma outra possibilidade de intervir na solução dos conflitos que ainda afligem o mundo, nomeadamente na solução de conflitos regionais, sem a qual não é possível criar a estabilidade necessária a uma paz duradoura e sólida.

Assim, penso que é com inteira justiça que cumpre salientar o papel do Secretário-Geral das Nações Unidas Perez de Cuellar na busca de soluções, que ainda há relativamente pouco tempo pareciam impossíveis, como seja o cessar-fogo na guerra Irão/Iraque, a sua intervenção para a busca de uma solução global, negociada na África Austral e noutras regiões do mundo. O Secretário-Geral das Nações Unidas Perez de Cuellar contribuiu para dignificar as Nações Unidas e para lhe dar outra eficácia.

Mas penso que, fundamentalmente, a nova era de desanuviamento, de democratização das relações internacionais, favorece o papel para que a ONU foi criada, que é a de manter a paz, a confiança e a segurança internacionais.

Associo-me também às palavras já aqui proferidas, por outros Deputados no sentido de que as Nações Unidas, também em relação a Timor Leste, saibam cumprir o seu papel e favorecer a única solução digna de um mundo civilizado, que é a do respeito pelo direito do povo de Timor Leste à autodeterminação.

Aplausos gerais.

A Sr.º Presidente: — Srs. Deputados, considera-se encerrado o acto eleitoral, pelo que os Srs. Escrutinadores vão proceder ao apuramento dos resultados.

ORDEM DO DIA

A Sr.º Presidente: — Entrando agora no período da ordem do dia, está em discussão, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 53/V — Aprova a Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Há reformas estruturais que se preparam longamente no recato dos gabinetes mas que adquirem uma ressonância pública muito grande, quando é apresentado o resultado aos eleitores e aos que, em seu nome, sobre ele têm de decidir. Há outras reformas, de carácter estrutural, que não se dá por que elas se fazem porque se vão fazendo no tempo e surgem como resultantes de vectores numerosos, cada um deles traduzindo componentes de um sistema em que as decisões se interligam e puxamumas pelas outras. E há, ainda, reformas estruturantes cuja descrição de afinação não determina sobressaltos e cujo carácter não é susceptível de apaixonar as multidões, mas que são determinantes da sua prosperidade económica e do seu bem-estar social.

Pertence a esta última categoria a grande reforma de que é objecto a proposta de lei que hoje se apresenta.

Toda a gente se queixa de que o sistema estatístico actual não serve e tem alguma razão pois que, apesar de, ao longo dos últimos três anos, se terem posto as estatísticas em dia e de se ter extraído da organização actual o máximo que ela podia dar e que funcionários devotados insistiram em ajudar a facultar, a verdade é que o salto qualitativo que é preciso que se verifique não tem nada a ver com qualquer adaptação feita no passado, nem acomodável na estrutura existente.

A quebra do quase isolamento económico, a necessidade de tomar decisões de todo o tipo e em tempo oportuno por numerosos agentes públicos e privados e a urgência de antecipar problemas, detectar oportunidades e desenhar soluções para resolver os primeiros e aproveitar as segundas, vão — todas elas — reclamar mais informação, mais precisa e pontual e muito mais estudos de análise feitos com base nos dados disponíveis. A qualidade das decisões e, antes destas, a das alternativas de acção que vão ser postas diante dos decisores, dependem ambas, directamente, da qualidade da informação estatística em que assentam. Não são somente os decisores públicos que dela dependem; em numerosas circunstâncias, para conhecer o mercado e para ver como ele evolui potencialmente, para descobrir ou mesmo forçar a descoberta de novos mercados, produtos ou processos, para aguentar a concorrência externa ou interna e para um sem número de decisões conjunturais ou de longo prazo, os agentes económicos privados activos e os representantes da imensa massa dos agentes económicos passivos que tem de os defender, dependem, cada vez mais, da informação estatística a que tiverem acesso. Verifica-se, mesmo, uma correlação positiva elevada entre o grau de desenvolvimento de um país e os indicadores de bom funcionamento do seu aparelho estatístico. Empresas e serviços públicos, bancos e companhias de seguros e, de uma maneira geral, todos os elementos que integram os mercados económicos e financeiros e as estruturas sociais, não podem funcionar nem desenvolver-se, sem

uma informação estatística fiável e rapidamente disponível. E quando os países se encontram na ponta do desenvolvimento económico e tecnológico surge até o que se designa por indústria da informação (*information industry*) com um mercado muito activo e com potencial e com a oportunidade muito promissora.

Nos precisaríamos em qualquer caso de reestruturar profundamente o nosso sistema estatístico, mas é bom de ter em conta que a integração na Comunidade Europeia não conferir maior urgência a operação grande parte das políticas comunitárias são baseadas em indicadores estatísticos que ou são fornecidos com rigor pelos países membros ou são estimados pelos serviços da Comunidade com todos os riscos de interpretação que da podem decorrer. A recente decisão do Conselho Europeu de utilizar o Produto Nacional Bruto como base da contribuição dos Estados Membros para o orçamento comunitário chegaria para reforçar a importância da informação estatística. Mas a criação do Mercado Interno presta no Acto Único Europeu torna mesmo necessária a elaboração de um programa global e coerente no domínio da informação estatística ao nível comunitário. Assim e pela primeira vez a Comunidade Europeia vai dotar-se de uma política de informação estatística comum estando em vias de preparação um programa estatístico para o período de 1989-1992 o qual será em breve apresentado ao Conselho da Comunidade.

Torna-se deste modo indispensável que todos os países membros exibam um grau de desenvolvimento idêntico nos seus sistemas estatísticos para que todos os decisores e em particular os seus empresários disponham de informação homogénea sobre o conjunto dos doze países. Não é por acaso que a Itália, a Bélgica, a Irlanda, a Grécia, a Espanha e Portugal se encontram neste momento a reestruturar os respectivos Sistemas Estatísticos Nacionais. E também não é sem justificação que neste grupo estejam incluídos todos os países recém-chegados à Comunidade.

Em Portugal o Sistema Estatístico está estruturado sobre princípios que se mantêm praticamente inalterados desde 1935 altura em que a Lei n.º 1911 de 25 de Maio criou o Instituto Nacional de Estatística. Houve passados mais de trinta anos a primeira alteração operada através dos Decretos Lei n.º 46.925 e 46.926 de 29 de Março de 1966 e uma segunda em 1973 através dos Decretos Lei n.º 427/73 e 428/73 ambos de 25 de Agosto as alterações feitas não foram radicais nem sequer suficientes. A partir de 1975 e em arias nestas surgiram tentativas diversas para ultrapassar o que já então era sentido como um grande estrangulamento a tomada de decisões.

Em 24 de Janeiro de 1975 foi criado um grupo de trabalho interministerial encarregado de proceder à definição dos princípios orientadores básicos do Sistema Estatístico Nacional mas o relatório elaborado não teve aplicação.

Em 6 de Março de 1978 foi elaborado um projeto de constituição de uma comissão especial para analisar o funcionamento do Sistema Estatístico Nacional. Esse projeto foi presente ao Conselho Nacional de Estatística que propôs superiormente uma resolução desse sentido mas que não veio a ser homologada.

Em 18 de Dezembro de 1980 o Conselho Nacional de Estatística decidiu querer Comissão Permanente do Desenvolvimento e Planeamento Estatístico procedesse a uma Reflexão sobre o Sistema Estatístico Nacional

e os seus princípios de funcionamento. A Comissão funcionou para o efeito como grupo de trabalho tendo reunido pontualmente entre Janeiro de 1981 e Janeiro de 1982 o documento que produziu foi totalmente demasiadamente genérico atendendo aos objectivos em ista e a complexidade do problema.

Em 3 de Maio de 1982 foi criado um grupo de trabalho *ad hoc* para reflectir sobre os princípios em que deveria assentar o Sistema Estatístico Nacional realiziou de facto algumas reuniões mas delas não resultaram decisões dignas de registo.

Em 28 de Dezembro do mesmo ano um despacho do Ministro das Finanças e do Plano de então recriou o grupo de trabalho aparecido em Maio mas só se efectuou uma reunião do mesmo.

Em 4 de Março de 1983, foi dada nova forma ao grupo anteriormente referido. Entre 22 de Março e 30 de Junho desse ano, ele reuniu sete reuniões e preparou um relatório que não chegou a dar origem a qualquer decisão.

Uma nova tentativa foi feita a efecto em Fevereiro de 1984 tendo em vista a reestruturação dos serviços do Instituto Nacional de Estatística através dum projeto de diploma que iria a ser apresentado no seio de uma equipa de trabalho criada no âmbito da Secretaria de Estado da Administração Pública e integrando representantes da Direção Geral da Organização Administrativa e da Direção Geral da Administração e Função Pública. Esse projeto de diploma não foi no entanto aprovado.

É o resultado da outra tentativa que eu tenho hoje a honra de apresentar a Assembleia da República.

Não quero fazer comentários faceis mas há reformas que obviamente reclamam o mínimo de continuidade governativa. Esta reforma foi de tão longa preparação que se tivesse havido mudança de responsáveis pelo meio teria começado a dança dos grupos de trabalho.

A preparação foi longa e cuidadosa, como é o caso de sublinhar. O X Governo criou, pela Resolução de Ministros n.º 48 B/86 de 25 de Junho, a Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional mandatando-a para proceder a um levantamento rigoroso da situação em que se encontra o Sistema Estatístico Nacional e para programar um conjunto de ações e de decisões com vista a atingir um quadro de objectivos devidamente apelidados. A Comissão entregou no prazo fixado (1 de fevereiro de 1987) o seu relatório no qual foram identificados os principais estrangulamentos do Sistema e apresentadas propostas para os ultrapassar tendo recebido durante o seu trabalho contributos relevantes de instituições e de pessoas individuais que foram consultadas para o efeito.

O relatório dignifica a Comissão e o País nele não se foge aos problemas mas aponta-se para cada um deles as soluções tecnicamente mais modernas e potencialmente mais eficazes. Tudo faremos para que sejam também as mais eficazes. Quero aproveitar a solemnidade desta apresentação para prestar a Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional a homenagem que a qualidade do seu trabalho e o sentido de rigor que durante a sua elaboração insistiu em observar. O mínimo tangível que posso fazer — que já está feito — é a marcação do dia da meritória é determinar a publicação de uma versão resumida do relatório final contendo os principais aspectos da análise e as recomendações feitas.

Dos estrangulamentos detectados salientam-se os seguintes: O sistema é governado por um desadequado regulamento jurídico, que se caracteriza por um por-menor excessivo na definição do que compete a cada um dos elementos integrantes do Sistema, induzindo-se, desse modo, grande rigidez e alguns bloqueios na actividade das partes e do todo: A composição do Conselho Nacional de Estatística — constituído essencialmente por representantes da Administração Pública — não reflete os interesses de numerosos utilizadores, afectando-o, na raiz, na sua capacidade de intervenção. Junta-se a isso a exiguidade das suas competências e as deficiências do seu funcionamento interno e compreender-se-á a inoperância da actual composição e o seu reduzido papel como órgão de coordenação e de orientação superior do Sistema Estatístico Nacional. A excessiva rigidez da aplicação das actuais normas do segredo estatístico e a forma pouco coerente como elas têm vindo a ser interpretadas, dificultando-se desse modo o cumprimento da missão fundamental que compete aos produtores do Sistema Estatístico Nacional que é proporcionar a informação estatística necessária; A excessiva centralização geográfica e funcional da actividade estatística aliada à incapacidade de não corresponderem os órgãos do Sistema às exigências de uma tal centralização. Verificou-se, por isso, a proliferação dos serviços estatísticos sectoriais operada à revelia dos princípios que entornam legalmente o Sistema e com desprezo de todas as conveniências de ordem funcional ou técnica.

Em quinto lugar, o abandono da tarefa de coordenação do Sistema Estatístico Nacional, pelos órgãos competentes. Pode-se ir ao extremo de afirmar que o Sistema Estatístico Nacional deixou de funcionar enquanto sistema, daí resultando inconvenientes como: a insatisfação dos utilizadores que são confrontados com a existência de uma produção estatística simultaneamente com lacunas e com duplicações, nem sempre consistentes entre si; a insatisfação, se não mesmo a irritação, dos informadores, sobre-carregados com pedidos vários da mesma informação de base, naturalmente e não menos importante, o desperdício na utilização de dinheiros públicos.

Em sexto lugar, o estatuto de organismo público simples de que goza presentemente o Instituto Nacional de Estatística, sem qualquer autonomia de gestão e impondo-lhe uma rigidez de funcionamento administrativo desajustada das suas funções. Na verdade, essa constrição não é compatível com as tarefas de organismo central de produção estatística e de órgão coordenador do Sistema Estatístico Nacional, nem com a dimensão e atributos dessas tarefas, em tudo semelhantes às de uma empresa produtora de informação.

Finalmente, a escassez de quadros superiores especializados no domínio da concepção, tratamento e análise da informação estatística. Ela resulta não só do número reduzido de quadros superiores que integram o Sistema mas também da inexistência de uma estrutura de formação, ligada ao Sistema, capaz de uniformizar e complementar a formação geral proporcionada pelas Universidades nestas matérias, à qual falta uma orientação específica para as exigências concretas da prática profissional neste domínio.

Juntam-se todos estes estrangulamentos às deficiências na organização interna, no funcionamento e nas instalações do Instituto Nacional de Estatística e fica-se a compreender as razões por que, há pouco, sublinhei

o facto de se terem posto as estatísticas em dia e elogiado os funcionários do Instituto.

O que temos agora como propósito central na reestruturação do Sistema Estatístico Nacional é produzir, a tempo e ao mais baixo custo possível, informação fiável e adequada às necessidades dos utilizadores públicos e privados, de modo a que o nosso país possa enfrentar, devidamente preparado os desafios para o seu desenvolvimento que estão no horizonte e, designadamente, os que decorrem da constituição do Mercado Interno. Para tal, é necessário proceder, simultaneamente a: uma alteração no seu ordenamento jurídico; uma redefinição dos princípios básicos em que assenta o Sistema Estatístico Nacional, uma reorganização da estrutura institucional do Sistema e à atribuição de um novo estatuto ao Instituto Nacional de Estatística; à criação de uma estrutura de formação para quadros superiores destinados a guarnecer o Sistema, em estreita ligação com a Universidade.

Referir-me-ei, de seguida, a cada um destes quatro conjuntos de acções.

Quanto ao ordenamento jurídico do Sistema Estatístico Nacional — e uma vez aprovada a Lei de Bases agora apresentada — ele passará a assentar, naturalmente, na própria Lei de Bases, num decreto-lei fixando os estatutos do Instituto Nacional de Estatística, num despacho do ministro da tutela regulamentando o regime, a carreira, as categorias e a remuneração do pessoal do Instituto e num regulamento interno relativo à estrutura de organização do Instituto e ao funcionamento das suas direcções regionais. Trata-se de um ordenamento lógico e simples que vai permitir revogar algumas dezenas de diplomas legais e muitos regulamentos internos, tornando-se transparente um sistema que prima pela sua opacidade para o exterior e pela sua complexidade e indefinição para o interior.

Quanto aos princípios básicos em que o Sistema Estatístico Nacional assenta, eles organizam-se em volta de cinco temas: o segredo estatístico, o grau de centralização; a coordenação do Sistema; a autoridade estatística; e, a autonomia técnica. A proposta de lei que agora se apresenta introduz ou permite introduzir alterações nos quatro primeiros. O quinto não precisa de realificação ou de alteração.

O segredo estatístico constitui um dos problemas mais delicados com que se vêm confrontados os sistemas estatísticos. Poi um lado, ele é indispensável para salvaguardar a privacidade dos cidadãos e preservar a concorrência e, desse modo, garantir a confiança dos informadores do Sistema. Poi outro lado, a garantia de observância do segredo estatístico pode impedir os produtores do Sistema de cumprir cabalmente a sua missão de prover às necessidades de informação.

A nova legislação vai no sentido do equilíbrio e do compromisso entre aquelas duas vertentes do problema. Sem pôr em causa a privacidade individual e das famílias e a defesa da concorrência, opta-se por uma orientação transparente e flexível. Para tal, e contrariamente à situação actual, em que não é feita qualquer distinção, passa a adoptar-se procedimento diverso consoante se trate de: informações sobre famílias; informações sobre empresas públicas e privadas, cooperativas e outras instituições que prossigam actividades económicas; e, informações sobre a Administração Pública. No que respeita ao primeiro grupo, o princípio é o do segredo absoluto. Em relação ao segundo grupo, a

lo nação continua sob guarda secreto estatístico nas adm tem se derrogações a conceder pontualmente. Ha entanto modificações quanto a entidade que sob esse se de era pronunciar pois deixa de ser o Ministério que tutela o Instituto Nacional de Estatística para passar a ser o Conselho Superior de Estatística no qual tem assento representantes dos próprios institutos. Em relação às informações sobre a Administração Pública tal disposição legal em contrário a informações não estarão abrangidas pelo segredo estatístico.

Como se procura conciliar a transparência com a privacidade caminhando-se do segredo estatístico ao uso quando se trata das informações sobre famílias e quase generalização da sua ausência quando é em causa a mesma que a todos respeitem.

O pondo muito centralizante do Sistema e abandonado a ançando-se decisivamente no sentido da descentralização geográfica e funcional. A primeira far-seá a nível da ação das Direcções Regionais do Instituto Nacional de Estatística com âmbito espacial concorrente com o NUTS II da Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUT) e se lhe ao atibuidas funções e responsabilidade leva-se na produção e na difusão de informação estatística particularmente naquele e caracter dominante regional. Manter-se ao dentro dessa estruturação como é natural as competências dos actuais Sistemas Regionais de Estatística da Madeira e dos Açores.

Introduz-se a obrigação de apresentar a cada autoridade uma manifestação dos custos de produção estatística uma amostra da informação ao seu lado e aos próprios informadores e o fomento da utilização de estatísticas de âmbito regional que será tanto mais importante quanto maior for a atenção accordada ao planeamento do desenvolvimento regional.

A delegação funcional é fe liberalizada porque o Conselho Superior de Estatística pode delegar competências ao Instituto Nacional de Estatística noutras entidades e isso não seja de agrado de tópicos apenas se exigido conformação com o requerimento imperioso de ser a informação delegada de forma ordenada.

O relatório do mesmo de coordenação técnica e um objectivo principal da presente reestruturação é a evidência já demonstrada que a ausência de coordenação técnica conduz à destruição do próprio Sistema Estatístico Nacional por isso se lhe da tanta atenção. As maiores ações de concertos nomenclaturas e definições constituem competência exclusiva do Concelho Superior de Estatística a delegação de competências do Instituto Nacional de Estatística outros setores competentes quando estes não respetam as exigências de coordenação e tal causa a difusão de uma cultura estatística suportada principalmente para o efeito de facilitar a coordenação a ser facilitada através da ação de uma estrutura especialmente vocacionada para a formação de quadros superiores de estatística homogeneizando e desse modo linguagens e formas de proceder e o resultado dos meios de intervenção e a alteração do estatuto do próprio Instituto Nacional de Estatística ao permitir que este e é de facto as impõe as exigentes e delicadas funções de coordenação e são essenciais para o funcionamento do Sistema.

O princípio da autoridade estatística é efectuado em dois níveis:

Primeiro no das transgressões estatísticas agindo os limites das multas aplicáveis e neste não um mecanismo para a sua actualização. Este é o justificativa dada a profunda necessidade dos processos de transgressão em geral e a completa desactualização da penalizações aplicadas. Mas isso se em si não precedendo qualquer problema de penalização da transgressões essencial que se fomenta um bom nível de relacionamento entre o Instituto Nacional de Estatística e os fornecedores de informação.

Segundo no domínio do acesso do Instituto Nacional de Estatística às fontes administrativas permanentemente aprofundadas questionando a sua disponibilidade — a frequente nível zero — e a grande educação sobre a mesma obstante a informação que representa ainda um importante factor de desburocratização. De facto desta maneira os informados — e muito particularmente as empresas — passarão a responder às multas levantadas pelas exigências administrativas e as exigências do sistema estatístico.

Quanto à estrutura do Sistema Estatístico Nacional passa a assentar em princípio fundamental o Conselho Superior de Estatística e o Instituto Nacional de Estatística.

O Conselho Superior de Estatística é o órgão que superiormente coordena e orienta o Sistema Estatístico Nacional. Ele substitui o Conselho Nacional de Estatística com o resultado de competências e atribuições e com uma profunda alteração da sua competência. Isto significa a constituição de um gabinete de trabalho e a elaboração de propostas de delegação de competências do Instituto Nacional de Estatística outras competências públicas a libertação do segredo estatístico e a apreciação do plano de ação do Instituto de correspondente relator que irão de apresentar a mera satisfação de uma obrigação burocrática mantendo no conteúdo como é a sua conformidade com o respectivo estatuto e de que consta a constância de que a execução daquela é devidamente corrigida daquela e de que é devidamente quanto se passou no lapso de tempo em causa.

Por outro lado a composição do Conselho Superior de Estatística e como já disse profundamente alterada de modo a que se passe a constituir um fórum representativo dos interesses dos informadores e do trabalhador da informação estatística. Neste sentido junta-se aos representantes da Administração Estatística os delegados das centrais sindicais e os representantes das associações de consumo e da unidade sindical. Paralelamente eliminam-se as comissões consulares de estatística nas quais aparecia também a nível representantes da Administração Pública e de que as suas atribuições passam a ser das competências a exercer no âmbito do Conselho Superior de Estatística.

O Instituto Nacional de Estatística e o seu Sistema Estatístico Nacional passaram por uma profunda reestruturação com esta a dotar de uma certa capacidade de resposta às suas necessidades de informação estatística.

Ao fazer o passar de organismo puro em que é que tipo de autonomia para o seu próprio funcionamento a administrativa é patrimonial e que se encontra o seu objetivo filosofia de gestão do Instituto Nacional de Estatística de modo a que a componente económica financeira a passe a intervir mas de forma claramente de

de todos os dias e nas da sua estratégia de gestão; incentivar a produção de informação estatística, na perspectiva dos utilizadores, facilitando a repercussão dos custos nos mesmos, aliviando desse modo os encargos a suportar pelo Orçamento do Estado, que devem, tendencialmente, limitar-se a função social da estatística — aliás, a exemplo do que tem vindo a verificar-se com os modernos institutos de países mais avançados; conferir mobilidade aos meios, flexibilidade ao funcionamento moderno e versatilidade às ligações com o exterior, possibilitando, dessa forma, a adequação da gestão às características do processo de obtenção de produtos estatísticos, em similitude com o que se passa em qualquer processo industrial; e, finalmente, reforçar a capacidade institucional necessária às exigências acrescidas de coordenação estatística.

A análise dos dados estatísticos é hoje uma actividade multifacetada, exigente e complexa. As informações quantitativas precisam de digestão e de se inter-relacionarem umas com outras para explicarem com acuidade, as grandes correntes que se formam no mar da vida económica e social. Por isso precisam de ser complementadas com estudos rigorosos, baseados em metodologias teóricas correctas, reclamando criatividade e capacidade de relacionamento entre muitas variáveis. O Instituto Nacional de Estatística deverá fazê-los ou promovê-los e para esse efeito, as ligações às universidades e a centros de investigação têm de constituir uma preocupação constante dos responsáveis pelo Instituto.

No que respeita à formação de quadros superiores cuja importância já realcei, orientámo-nos por preocupações de economia administrativa, não duplicando instituições mas aproveitando as virtualidades das já existentes. Por isso se incumbe o Instituto Nacional de Estatística de celebrar protocolos com instituições universitárias adequadas, com vista à criação de estruturas orientadas para a formação de quadros superiores de estatística. Todo este processo se encontra em estado muito avançado de concretização, estando já preparado um projecto de decreto-lei que visa criar, no seio da Universidade Nova de Lisboa, o Instituto Nacional Superior de Estatística Aplicada, o qual passará a ter relações privilegiadas com o Instituto Nacional de Estatística. Visa-se, além do que foi dito, reforçar a ligação do Sistema Estatístico Nacional à Universidade, com tudo o que isso pode acarretar de benefícios para os dois lados. E tem-se, ainda, como ambição, vir a dispor de um instrumento muito eficaz para a cooperação internacional, designadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa, campo em que se verifica não ter sido possível, até agora, dar resposta satisfatória às solicitações crescentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acabo de referir o que, na proposta de lei que agora se submete à apreciação da Assembleia, não está explicitamente dito. Fui longo mas a extensão do discurso está justificada pela importância de reestruturação que está em causa.

A Proposta de Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional contém vinte e nove artigos distribuídos por três capítulos, um deles com três secções e outro com duas. Não vou tentar resumir ou sintetizar por outras palavras o que refere a proposta, tentei apenas justificar a importância do que está em jogo e da aprovação

do texto que vos é submetido. A palavra e o julgamento, agora, pertencem-vos.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a Presidência o Sr. Vítor Crespo

O Sr. Presidente: — Informo-o, Sr. Ministro, que utilizou mais 7 minutos, cedidos pelo PSD

Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Narana Coissoró e Ilda Figueiredo.

Entretanto, vai proceder-se à leitura da Acta da Eleição do Secretário e Vice-Secretário para a Mesa da Assembleia da República.

Foi lida É a seguinte:

Acta

Aos vinte e sete dias de Outubro de mil novecentos e oitenta e oito, na sala D. Maria, nesta Assembleia da República, procedeu-se à eleição de um Secretário e um Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República (V Legislatura — 2.ª Sessão), eleição que se iniciou as 15H30 e encerrou às 17H15

• Volantes: 173

Secretário Cláudio José S. Percheiro

Sim — 140

Não — 12

Abstenções — 18

Branco — 3

Vice-Secretária Apolónia Maria A. P. Teixeira

Sim — 142

Não — 13

Abstenções — 15

Branco — 3

Pelo que foram eleitos, por terem maioria, os Deputados Cláudio José S. Percheiro, para Secretário, e Apolónia Maria A. Teixeira, para Vice-Secretária.

E para constar se lavrou a presente Acta que será devidamente assinada pelos escrutinadores.

Lisboa, 27 de Outubro de 1988.

Ercília Ribeiro da Silva

Mariana Eirós Medeiros

Luis Roque

Rui Silva.

Aplausos do PSD, do PS, do PCP e do PRD

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, proclamo eleitos os Srs. Deputados Cláudio Percheiro e Apolónia Teixeira.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr Presidente e Srs Deputados, pedi para usar a palavra com dois objectivos: por um lado, pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território e, por outro, dizer a V. Ex.^a que o CDS se outros grupos parlamentares entendessem conveniente, gostaria de fazer o intervalo regimental, que é da praxe.

Portanto, depois de o Sr. Ministro responder aos pedidos de esclarecimento formulados, se os outros grupos parlamentares estiverem de acordo, faremos o intervalo regimental. Caso contrário, o CDS estará disposto a manter o debate até ao final.

O Sr Presidente — Sr Deputado enquanto V Ex^t lo mula o pedido de esclarecimento, consultarei os restantes grupos parlamentares.

O Orador — Com certeza S^r Presidente.

Em primeiro lugar gostaria de dizer que na boca do Governo apala ra estatutária, se tornou banal Qualquer coisa que o Governo faça até mesmo uma pequena remodelação de ser feita logo designada por reforma estrutural. Isto nos falta agora leitura II Seção do Diário da República onde são feitas as nomeações dos directores gerais dos altos funcionários para que sao nomeações estatutárias (*Risos da Deputada Natalia Correia do PRD*) ou medidas estruturais passando o seu número de 14 para 16 para 18 para 20 e por aí fora. A Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional, que é a organização de um serviço de redefinição de um sistema que há muito era reclamado pelo país, não tem nada a ver com a noção de estrutura de Mota Pinto tendo sido ele o autor da proposta de leis estatutárias ou leis fundamentais para a sociedade portuguesa.

Naturalmente quem espeça de 1992 imensas coisas tem de mudar. Agora tudo o que o Governo faz por imposição da própria conjuntura pelo facto de estarmos em 1988 e durante os próximos 3 anos será e é tudo. Sendo assim o Governo terá naturalmente largos volumes de reformas estruturais para publicar porque tudo quanto faz serão reformas estruturais.

Pediria ao Sr. Ministro que é um professor e um académico e sabe perfeitamente o que significa a palavra estrutural que pelo menos na sua boca essa palavra não fosse banalizada porque nós sabemos o que é a estrutura o que é a conjuntura o que é para dura o que são os serviços (o que muda a sociedade e o que não muda) as alterações dos sistemas tradicionais integrando os das aquisições científicas que têm de ser aplicadas em concreto e nada tem de estrutural porque são uma mera aplicação da ciência aos conhecimentos existentes.

Quanto a tal reforma que V Ex^t apresenta de o dize que ela pouco traz de substantivo e de novo. Não passa de boas intenções — que reconheço. Tudo continua na mesma embora com outros nomes! A Acção Nacional Popular chama a não sei o que a PIDE não se o que à censura não sei o que a outras coisas então existentes! V Ex^t chama agora Conselho Nacional de Estatística a um organismo governamentalizado como dantes embora com não a designação.

De facto se V Ex^t verifica qual é a composição desse organismo e a que tudo continua governamentalizado como dantes embora se diga no preâmbulo do diploma por exemplo que não se quer go^to, e namentar ou seja que se quer tirar da tutela apertada do Executivo o no sistema PIDE, exemplo V Ex^t não efere o numero de departamentos oficiais que terão na CNE os seus representantes nem ali há a tutela do Ministério que ali presidiu a esse organismo.

Parece que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares ficou muito ofendido por eu ter aqui comparado a tua deza de nomes com a prática do antigo regime.

Devo dizer que nada tem de depediável o A única coisa que eu quis dizer foi que mudando nomes nem sempre se muda de substância.

Risos de alguns Deputados do PSD

V Ex^t ficou ofendido pelo meu referido à Acção Nacional Popular mas lembro-lhe que há muita gente no seu partido no meu — alá em todos os partidos — que se angloriam de estarem nesses partidos e terem pertencido à Acção Nacional Popular. Se foi por isso que V Ex^t se ofendeu por eu ter chamado aquela colação a Acção Nacional Popular de o dizer que realmente não o fiz pejorativamente. Isto não foi para ofender alguém mas simplesmente para dar o exemplo epíteto de que mudando os nomes não se mudam os bens.

Ora bem V Ex^t não tem transposto no artigo 1º lado muitas das preocupações que demonstra no preâmbulo. Por exemplo o que é uma informação individual — e refiro-me ao artigo 5º — e o que é uma informação individualizada. São coisas diferentes? O que é informação pessoal e uma não mação eminentemente pessoal e pressões estas que aparecem no artigo 6º?

Quanto aos departamentos mencionados no artigo 9º nº 1 alínea b) pergunto quantos são. Pois que é que nas confederações empresariais não aparece qualquer referência às confederações agrícolas.

No artigo 16º V Ex^t consagra no nº 3 o seguinte dispositivo: O exercício das competências delegadas por serços dos departamentos ministeriais ou por outros serviços públicos será autorizado () Que isto dizer que há uma delegação das competências por cascata? Isto é os Ministros delegam nos serviços estes por sua vez também delegam sucessivamente. O artigo 17º a recolha directa diz O INE pode proceder a recolha directa das informações estatísticas quando elas forem prestadas nos prazos fixados () Ora tenho a impressão de que aqui há uma galha porque de eria era dizer-se (), quando elas não forem prestadas nos prazos fixados () mas V Ex^t não fez qualquer menção em relação a isto.

Finalmente quanto a tal multa de 6 mil contos de réis que com este articulado não há qualquer hipótese de que tal infração seja punida com o máximo (6 mil contos) para isso é que de se diz expressamente que os casos em que a multa atingiu o máximo.

O Sr Presidente — Sr Deputado informo o que já utilizei 51 minutos no seu pedido de esclarecimento e peço-lhe que termine rapidamente.

O Orador — No nº 3 do artigo 21º não é menorizada a responsabilidade civil mas apenas a expressa responsabilidade disciplinar criminal emergente dos mesmos factos quando a responsabilidade civil pode ser muitíssimo mais importante do que a responsabilidade disciplinar e criminal por divulgação de dados estatísticos.

Quero que dissesse realme se se houve alguma intenção de não fazer menção a responsabilidade criminal ou se também foi-me o lapso.

O Sr. Eduardo Pereira (PS) — Sr. Presidente peço a palavra para interpela a Mesa.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, embora ainda haja um outro pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Pereira, para interpelar a Mesa.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Sr. Presidente, a minha bancada foi consultada a propósito de um sugestão feita pela bancada do CDS. Não sabemos bem se há alguma razão especial para que esse partido solicite o intervalo; de qualquer forma, queria deixar bem claro que a minha bancada se encontrava em condições de garantir a continuação dos trabalhos. Temos votado, temos intervindo e, portanto, pensamos que não há razão, hoje mais do que em qualquer outro dia, para haver intervalo. Estamos, pois, em condições para continuar.

É natural que alguns dos meus camaradas estejam a comentar factos políticos, é sempre natural; no entanto, eles podem vir para a Sala quando for necessário.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na sequência da interpelação do Sr. Deputado Eduardo Pereira, a Mesa informa que todos os grupos parlamentares e o Governo estão de acordo em continuarmos os trabalhos, embora alguns não vejam qualquer objecção em fazermos o intervalo.

Vamos, pois, continuar os nossos trabalhos, uma vez que a posição maioritária é nesse sentido.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Ministro, a questão que gostaria de colocar-lhe tem a ver com um desfasamento muito grande entre aquilo que é referido na exposição de motivos e o articulado da Proposta de Lei n.º 53/V — Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional.

O Sr. Ministro disse que a elaboração desta proposta de lei tinha por base o relatório da Comissão nomeada para o efeito. Não conheço esse relatório, por não nos ter sido enviado, o que lamento, e gostaria de saber se a comissão, além de ter feito o estudo sobre os estrangulamentos, os bloqueios, estudo esse que aparece referido na exposição de motivos — no geral, estamos de acordo com o que aí é referido como causas das deficiências do sistema estatístico nacional, embora não apareça depois expresso no articulado — todas as medidas necessárias para lhes pôr cobro — só fez as propostas que constam da Proposta de Lei n.º 53/V ou fez outras propostas ou recomendações que não constam deste articulado, mas que estão na posse do Sr. Ministro.

Gostaríamos muito de saber exactamente quais foram as propostas, as sugestões e as recomendações que a comissão fez. Gostaríamos, pois, de conhecer o relatório na sua globalidade e solicitávamos que o Sr. Ministro nos enviasse, se fosse possível, essas informações, ainda antes do debate desta proposta de lei, na especialidade, na comissão, porque isso poderia ajudar a esclarecer todas as omissões que encontrámos e

até os aspectos mais incorrectos do articulado da proposta de lei.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de dar a palavra ao Sr. Ministro, para responder, quero informar que estava prevista uma reunião comigo, com o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e com os presidentes das diversas comissões, às 18 horas de hoje. Atendendo, porém, a que muitas das comissões, ou a sua quase totalidade, então, neste momento, reunidas, decidi cancelar essa reunião. Oportunamente consultarei os intervenientes nessa reunião a fim de saber para quando é que se poderá convocar nova reunião.

Peço ao Sr. Vice-Presidente, Maia Nunes de Almeida o favor de me substituir por uns momentos.

Para responder, utilizando algum tempo do PSD, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Grupo Parlamentar do PSD a atenção que teve em conceder-me alguns minutos do seu tempo. Não abusarei agora desse tempo, até porque as respostas são fáceis.

Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo, trata-se de uma lei de bases e, além disso, na minha exposição, referi que há um decreto-lei que reestrutura o próprio INE e que há outros despachos diversos. Mas o que é suposto é a Assembleia apreciar a lei de bases e não o decreto-lei e tudo o resto.

Tenho, naturalmente, muito gosto em facultar-lhe o relatório e tê-lo-a antes da discussão da proposta de lei na especialidade.

O Sr. Deputado Narana Coissoró fez considerações interessantes de carácter semântico e ficámos a saber o que V. Ex.ª pensa acerca disso. O resto foi discussão na especialidade e, assim, remeto as minhas respostas para esse momento, altura em que darei os devidos esclarecimentos relativamente a todos esses numerosos artigos e números que referiu.

Quanto à distinção do que é ou não estrutural, insisto em dizer que este diploma é estrutural, tendo a consciência plena da importância do que digo quando utilizo a palavra «estrutural».

De facto, ele vai permitir adoptar procedimentos completamente novos na prática da administração, na prática da gestão, do planeamento da ação, em moldes que nunca foram tão refinados como aqueles que esta reforma vai permitir.

Portanto, se a reforma não é, em si, estruturante no sentido de modificar o estado das coisas de um momento para o outro, ela é estruturante no sentido em que vai autorizar muitas modificações estruturantes na nossa forma de proceder.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. Estamos a discutir a Proposta de Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional; trata-se do enquadramento jurídico regulador de toda a recolha, produção e utilização de estatísticas oficiais no nosso país.

Tal acontece mais de 50 anos depois da criação do Instituto Nacional de Estatística e da instituição dos

princípios reguladores do nosso Sistema Estatístico — factos que ocorreram e actamente em 1935 Bases do Sistema Estatístico que mesmo as alterações introduzidas em 1966 e 1973 não modificaram nos grandes princípios e orientações do sistema

Talvez se possa de uma iniciativa do Governo que se lida e que se impunha no Portugal Democrático e Moderno que as alterações do sistema socioeconómico e político das das do 25 de Abril há muito reclamavam

A Assembleia da República assim pronunciou-se — e é bom que isso fique bem claro — sobre uma das peças fundamentalmente do aparelho institucional do País na suas vertentes sociais económicas administrativas e demográficas

E todo o processo de recolha tratamento produção e distribuição de informação que está em causa e em aplicação por parte desta Câmara É o aparelho instrumental que a apoia os sistemas administrativos do governo e gestão pública de planeamento e de programação das actividades do nosso país É o nosso passado o nosso presente e o nosso futuro

Poiso ao se trata de descontar apenas uma questão técnica ao seu organismo do Instituto Nacional de Estatística nem também o próprio Sistema Estatístico no seu conjunto Não se trata apenas de descontar problemas de natureza organizacional ou funcional No cerne do problema vamos encontrar uma questão política de fundo basada na organização do Estado Democrático que é o controle da própria informação fornecida As garantias possíveis de dar aos cidadãos de que a informação é boa e fiável e honesta e está desenhada para todos e ao mesmo tempo

Sr Presidente Srs Membros do Governo Srs Deputados Bem andou o X Governo Constitucional quando se decidiu em 25 de Junho de 1986 pela criação de uma Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional constituída por personalidades de reconhecido mérito e comprovação experiente profissional neste campo entre eles o próprio Presidente do Instituto Nacional de Estatística

Ao contrário do que muitas vezes acontece em Comissões deste tipo parece que desta vez se trabalhou depressa e bem

E de facto porque o Governo perante a demanda importante da oposição de lei em apreciação ao facultou à Assembleia da República os resultados do trabalho da referida Comissão E em meu entender de forma teórica feito para que a Assembleia da República pudesse com suficiente rigor e disponibilidade de meios dar a esta proposta de lei uma análise profundada ao seu plano político como também no plano técnico Sozinho de opinião que dada a importância das questões se teve justificado aqui sim um amplo debate político de âmbito nacional com eventual participação de um bloco branco tanto do gosto deste Governo sob o Sistema Estatístico Nacional que queremos

O tempo e as alterações sócioeconómicas e políticas trouxeram o nosso Sistema Estatístico Nacional obsoleto e aperfeiçoado de profunda reestruturação O preâmbulo do diploma em apreciação reconhece de forma evidente A profundização de órgãos de produção estatística a sua maior parte dependente dos diferentes ministérios e a prova e identificação de que o sistema e o Instituto Nacional de Estatística estavam a funcionar com grandes lacunas

Mas o que é surpreendente e que face a situação descrita a iniciativa do Governo se fica pela reforma do Instituto Nacional de Estatística e recriação do Conselho Superior de Estatística

No fundo a posição do Governo parece ser dividida pelo desejo de possuir um centro de produção e sobretudo de distribuição de informação estatística fundado numa estruturação que goza ou não ultimos quinze anos e em que vários organismos concorreram com o INE pelo objectivo de produzir e distribuir estatísticas O diploma parece assim reforçar significativamente o poder do Instituto Nacional de Estatística ignorando a existência de facto e legal de outros organismos de produção estatística

Sr Presidente Srs Membros do Governo Srs Deputados O que há que discutir é como promover e metodológico ponto de orientação do debate e se o País deseja o sistema estatístico de conceção centralizadora com base num único posto de comando e de unidade de acção de produção e distribuição (caso o Instituto Nacional de Estatística) ou se pretende um sistema mais flexível e próximo do que tem sido criado entre nós naturalmente também ele com as necessárias adaptações e reformulações que implementam a Estado organizado que se pretende por crer os de racionalidade económica Esta segunda solução tem alguns custos não todos que em referência ao preâmbulo do diploma mas tem a enorme vantagem de ser mais aberto e portanto menos permeável à manipulação política

O Governo já optou Eu prefiro optar em considerar gostaria de conhecer o estudo e as conclusões do relatório que o Governo não forneceu acompanhando o diploma a Assembleia da República

Que fique claro no nosso entendimento a reformulação do sistema estatístico nacional não pode esumir-se a criação do Conselho Superior de Estatística e a alteração do Estatuto do INE

As grandes funções do sistema estatístico nacional têm a um lado com a escolha e tratamento e difusão da informação sobre os diversos aspectos da organização e exploração da sociedade portuguesa e por outro com a sistematização da informação relativa sobre determinados fenômenos sociais contribuindo para um conhecimento mais objectivo do País e preparando necessariamente o futuro

Estas funções relevantes que são da articulação entre as diferentes entidades que fornecem a informação (sobretudo de ficheiros administrativos) que o diploma nem sequer enquadra das oportunidades que as novas tecnologias abrem a centralização desses ficheiros para fins estatísticos e do lugar que deve caber as relações diretas e específicas Como importante e também a questão do papel a atribuir aos estudos de análise a realizar no âmbito do sistema estatístico nacional O mal do nosso sistema estatístico nacional não é produzir informação pouco actualizada e muito menos produzir demasiada informação Não é só O maior problema é produzir informação que já não corresponde às problemáticas de hoje O que há que discutir é este respeito e a forma de fazer a articulação com os centros de investigação promovendo e enfatizando a componente de investigação/analise no próprio INE ou criando antes um Conselho de Utilizadores paralelo ao Conselho Superior de Estatística

Sr Presidente Srs Membros do Governo Srs Deputados O INE tem de ser um organismo acima

de qualquer manipulação política. Isso tem mais a ver com o seu posicionamento institucional na relação que se vai estabelecer com a tutela. A solução não é transformar o Conselho Superior de Estatística numa espécie de «Conselho de Concertação Estatístico» com uma composição que, à partida, o poderá desqualificar para as funções que lhe são atribuídas.

No que concerne à descentralização especial do INE a proposta de lei é omissa, não o preâmbulo, parecendo que se pretende resolver esta questão em sede de regulamentação. Terá pouca utilidade se se limitar à regionalização das equipas de agentes de recolha. Será útil se revestir, por exemplo, a forma de «observatórios regionais» atentos à realidade da região e à sua evolução e produzindo sobre ela informação factual quer quantificada quer apenas qualificada.

O mérito do Governo, com esta iniciativa, foi o de ter tomado a iniciativa. Não creio que haja a necessária reflexão, ou que ela seja conhecida para se alterar (deixando tudo na mesma) o sistema estatístico nacional.

Mas, concluindo, pensamos ser possível, em sede de Comissão e numa apreciação, na especialidade, melhorar a presente proposta de lei. Estamos para isso disponíveis e, para tal, daremos o nosso melhor contributo.

Aplausos do PRD

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Maia Nunes de Almeida

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Matos.

O Sr. António Matos (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. As solicitações do mundo moderno implicam, a todos os níveis, uma reformulação de métodos e procedimentos que permitam fazer face à necessidade de adaptação constante às novas realidades sociais e económicas.

O mundo assistiu no decurso do século XX a uma mutação profunda assente essencialmente no desenvolvimento de novas tecnologias de informação.

Na verdade, a informação passou a constituir o elemento essencial da vida humana e a determinar o sinal dos novos tempos. Os fluxos de informação passaram a ser elementos importantes, diria mesmo, imprescindíveis a qualquer organismo económico, social ou administrativo, quer seja público ou privado.

Cada vez mais a uma boa decisão está ligada uma boa informação. A qualidade desta determina a justeza daquela.

Cabe pois aos órgãos do poder de um país que pretende ser desenvolvido e moderno, o dever de proporcionar informações com qualidade e rapidez a quantos têm por missão a tomada de decisões. Em Portugal, desde há muitos anos que a disponibilidade atempada de dados estatísticos tem sido escassa, e tem frequentemente estado na origem da extrema dificuldade de tomar decisões correctas quando há que definir programações, delinejar estratégias, planificar a prazo ou determinar objectivos.

Sem falsas modéstias, nem qualquer sentido demográfico, não temos dúvidas em afirmar que os empresários portugueses têm sido autênticos heróis quando conseguem, quantas vezes através do falível *feeling*, tomar decisões que conduzem as suas empresas ao

sucesso perante concorrentes estrangeiros municiados de abundantes elementos de gestão, entre os quais não serão os menos importantes as informações sobre o tecido empresarial dos mercados onde operam.

Na verdade, o Sistema Estatístico Nacional não se encontra adequado às necessidades dos utilizadores, não se tem mostrado suficientemente maleável para adaptação às constantes evoluções do mundo moderno, nem tem tido em conta o conceito de produto estatístico que se fornece a quem dele necessita.

Vários problemas como o espalhamento jurídico, a rigidez bloqueadora da actividade estatística, o sistema fechado do conselho nacional de estatística, a falta de participação dos utilizadores na definição dos produtos, a rigidez do segredo estatístico, a centralização geográfica, entre outros, são questões que têm contribuído para os desajustamentos que temos vindo a referir.

Desta forma, e em presença de tais distorções, havia que mudar. Havia sobretudo que eliminar o que se encontra desajustado, que criar o que se mostra necessário e que adaptar o que se figura como aproveitável.

Mas havia sobretudo que estar atento à necessidade de mudança e de reforma e que manifestar vontade política para efectuar tais mudanças e reformas.

Pensámos que foi certamente por isso que o Governo, aliás na senda de renovação que tem caracterizado a sua acção, decidiu enfrentar a situação e enviar à Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 53/V, que contém a Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional.

Antes, já outros haviam detectado os problemas, criticado o sistema e clamado por mudança. Mas ainda não tinham apontado os novos caminhos nem mostrado a coragem para efectuar as reformas. Disso não pode ser acusado este Governo, que com a presente iniciativa vem afirmar conhecer o cerne dos problemas e a forma de os vencer.

A proposta agora em análise tem, quanto a nos, a grande virtude de equacionar correctamente a questão, definindo uma nova filosofia no conceito do serviço estatístico, encarando-o como um produto destinado a utilizadores, e orientado segundo perspectivas e necessidades destes.

Para a obtenção destes objectivos, a nova lei prevê a existência de um Conselho Superior de Estatística que superiormente orienta e coordena o Sistema Estatístico nacional, no qual têm assento, por um lado representantes dos técnicos do INE e da Administração Central, regional e local, e por outro dos utilizadores, dos quais se destacam elementos representantes sindicais, das associações patronais e de consumidores.

Ao INE, são atribuídas características de instituto público, dotado de autonomia administrativa e financeira, para além de imprescindível autonomia técnica que consiste na liberdade de definição dos meios tecnicamente mais ajustados à prossecução das suas atribuições.

Outra característica que reputamos de importante, é a distinção nítida entre as funções primária e secundária das serviços estatísticos.

No primeiro caso, encontram-se, com definição de prioridade as tarefas definidas pelo Governo em portaria. Nas segundas, e sem prejuízo das primeiras, as funções tendentes à divulgação de dados estatísticos destinados a satisfazer as necessidades dos utilizadores, públicos ou privados.

De realçar ainda o fomento pa a a criaçao de acordos e protocolos entre o INE e as instituições do ensino superior ou universitário para a criação de cursos nos domínios da concepção e aplicação estatística, tanto pa a quadros da administração pública, como para empresas privadas ou profissionais ou ainda quadros do S tema Estatístico Nacional.

Não menos importante ainda as acções de cooperação pre estas nesta análise que tem vindo a seguir de perto o articulado da proposta de lei nos pontos que consideramos mais significativos. Não podemos finalmente deixar de referir a capacidade de delegação de competências do INE mesmo independentemente da vontade do próprio INE. A importância da tal medida assenta no facto de permitir uma descentralização de serços apoiada no desenvolvimento de novas tecnologias com as vantagens que daí podem advir nos domínios de flexibilidade, rapidez e sectorização das informações estatísticas.

Sr Presidente Srs Membros, do Governo Srs Deputados. Esta breve abordagem de alguns dos pontos essenciais da nova lei de bases do sistema estatístico nacional pode deixar ante de que Portugal está em condições de proporcionar um contributo importante a quantos têm de tomar decisões assentes em factos rectas informações.

O produto estatístico é um bem social. Compete ao Estado fornecer em boas condições a procura da forma mais correcta para atingir tal fim. Pensamos ter sido a constante do articulado da Proposta de Lei

53/V Por esse motivo o Grupo Parlamentar do PSD da a seu apoio a presente proposta de lei.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra a Sr Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr. Ilda Figueiredo (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados Sr Ministro da Economia e conhecido que o Sistema Estatístico Nacional precisa de ser reestruturado. Na posição de motivação da proposta de lei de bases do sistema estatístico nacional são apontados os seus principais estrangulamentos e alguns desajustamentos de ordem legal e estrutural. Pena é que não é ultralado não apareçam expressas as medidas necessárias para aportar sobre os estrangulamentos e ultrapassar os desajustamentos detectados no sistema e que sejam propostas de natureza pouco clara, remetendo para a regulamentação posterior aspectos fundamentais do seu funcionamento deixando delas sobre efeitos a independência do sistema e lançando a confusão sobre o futuro dos trabalhadores do INE.

Tal como é referido no preâmbulo da proposta de lei, existe actualmente uma proliferação de serviços estatísticos ministeriais a nível das Administrações que o tornam o sistema estatístico e em desrespeito de todas as convenções de ordem funcional e técnica o que provoca nomeadamente a insatisfação dos utilizadores e da produção estatística.

Mal ao contrário do que se espera a proposta de lei sao apresentadas propostas que resolvem parte do problema.

Nada é dito por exemplo quanto à necessidade de criação de um nível de unidades estatísticas de qualidade como refere a Comissão de Trabalhadores do INE.

Sabe-se que hoje há uma desarmonia entre a realidade e a informação estatística disponível, exemplo onde estão os indicadores de pobreza? Onde se pode encontrar os índices que permitem calcular o nível de subsistência? Não dispomos de informação sobre o trabalho infantil. Não sabemos quem vai a casa para a habitação em termos estatísticos.

Uma questão é também a definição do tipo de estatística que ali se produzida.

O Sistema Estatístico Nacional é uma questão de interesse nacional que não pode estar encarado apenas pelos interesses do Governo, as suas bases são a sua propaganda aos seus próprios interesses de governo.

Vozes do PCP — Muito bem.

A Oradora — É fundamental assegurar a independência do sistema que quanto aos processos e compromissários dos órgãos quer quanto a divulgação dos resultados estatísticos obtidos. Não pode continuar o erro governamental de divulgação das estatísticas que poem em causa políticas seguidas e tem de se acabar com os atrasos na publicação para ganhar tempo e esperar pelo melhor oportunidade política. Agora é nome tal ação da informação estatística e não missão.

Ora o articulado da proposta de lei não da cabal resposta a estas questões. Por exemplo quanto à composição do Conselho Superior de Estatística lamenta-se que não estão presentes representantes da Assembleia da República, ao contrário do que acontece nos três países (caso da França) e ao estarem representados os trabalhadores do INE. Em relação ao Presidente do INE há uma completa ausência do articulado que se lamenta tal como não está clara a posição da ligação entre o Banco de Portugal e o Departamento Central de Planeamento.

Estas omissões são tanto mais incompreensíveis quanto na exposição de motivos da proposta de lei critica a actual composição do Conselho Nacional de Estatística por se constar do seu igualmente representantes da Administração Pública, não efectuando os interesses dos utilizadores dos produtos e dos informadores do sistema estatístico afectando-se assim a sua capacidade de intervenção.

Um outro aspecto pouco claro do articulado da proposta de lei tem a ver com o financiamento do INE que não pode ficar dependente do Estado da economia das publicações e do produtor de entidades como é o caso, muito eleadas que estas sejam. São no entanto.

Mas uma das maiores dificuldades do articulado tem a ver com os direitos dos trabalhadores e o artigo 25 da proposta de lei.

Como alerta a Comissão de Trabalhadores do INE, refere-se ao artigo 25 que com a criação do INE e consequentemente do quadro de pessoal há a transferência de trabalhadores que voluntariamente ou não se associam a grados no referido quadro. É uma situação não admisível, não só porque não são os trabalhadores os responsáveis da actual situação do sistema estatístico nacional mas também porque a reestruturação do INE não deve prescindir da experiência acumulada dos serviços de trabalho e outras das suas legítimos representantes de em parte permanecendo todas as fases do processo de transformação nomeadamente nos assuntos relativos à pessoa.

A nova lei deve garantir claramente que todos os funcionários e agentes do INE que optem por ingressar no quadro mantêm todos os direitos e garantias adquiridos.

Por último, uma referência à omissão no articulado quanto à escola de formação de quadros estatísticos considerada na nota introdutória como uma questão de maior relevância. É necessário que se clarifique quais as propostas governamentais, tendo em conta as afirmações contidas na exposição de motivos da proposta de lei sobre a escassez de quadros superiores especializados no domínio da concepção, tratamento e análise da informação estatística e sobre a inexistência de uma estrutura de formação que uniformize e complemente a formação prestada pelas universidades.

Esperamos, pois, que no decorrer do debate na generalidade e na especialidade se clarifiquem e preencham as lacunas e omissões, se altere o que precisa de ser alterado para que a exposição de motivos da proposta de lei tenha plena expressão no articulado. Pela nossa parte tudo faremos para que assim aconteça, apresentando propostas concretas na continuidade das questões aqui levantadas.

Aplausos do PCP

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.º Deputada Helena Torres Marques

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS). — Sr. Presidente, Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, Srs. Deputados: Estamos hoje a discutir uma lei fundamental para o funcionamento do País. Não é uma lei para servir o Governo, é uma lei essencial para o estudo e acompanhamento da evolução do desenvolvimento económico e social do nosso país.

A primeira crítica global que pode fazer-se ao projecto apresentado pelo Governo é a de que estamos perante uma lei que governamentaliza profundamente o sistema estatístico. Penso tratar-se de uma matéria que merece que se façam propostas concretas e não em termos de generalidade, como as que aparecem nesta lei. Em meu entender, são os princípios fundamentais que devem, de alguma forma, ser revistos.

Um dos primeiros aspectos que gostaria de referir diz respeito à própria constituição do Sistema Estatístico Nacional. Propõe-se a criação de um Conselho Superior de Estatística e a manutenção do actual Instituto Nacional de Estatística, e fica-se por aqui!

Si. Ministro, gostaria de salientar que, depois da expectativa que esta lei gerou, a sua leitura é bastante menos interessante do que as expectativas que foram criadas. Ou seja, até parece que vai haver uma alteração, que o Sr. Ministro designou de estrutural, mas o que se verifica, de facto, é que muitas alterações importantes deveriam ter sido introduzidas e não foram. Perdeu-se uma oportunidade, pelo menos na lei que aqui nos apresentada e na situação em que ela está, de se introduzirem alterações importantes e inovadoras, com um novo espírito!

A propósito, refiro, por exemplo, a necessidade de que este sistema estatístico nacional inclua um centro de estudos que esteja permanentemente a acompanhar as matérias de investigação, aprofundando e alargando o âmbito da intervenção estatística. Creio que este é um elemento fundamental, que faltava nesta proposta.

A própria concepção da actividade estatística, referida com denotação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos, parece-me bastante insuficiente. Faltam, por exemplo, a constituição de indicadores económicos e sociais. A estatística deve aparecer com

os elementos necessários para serem consultados e tratados de forma a que a sua utilização possa ser o mais útil possível. Este é um elemento que também faltava nesta proposta e que, em meu entender, deve ser corrigido.

Faltam também elementos sobre as contas nacionais e as contas regionais, que são elementos fundamentais não só para a análise do desenvolvimento do País mas também quando se fala em termos regionais, sobretudo num processo de regionalização que se espera venha a concretizar-se em breve, o qual, porém, não é acompanhado de informação estatística adequada.

Sente-se também a necessidade de existência de bancos de dados estatísticos compatíveis com as necessidades das reformas económicas e sociais. No entanto, nada se define sobre esta matéria que é tão importante e inovadora.

Outro aspecto, que é importante, diz respeito à necessidade de serem facultadas estatísticas que acompanham as necessidades da nossa integração na CEE. Quem ler, por exemplo, o Relatório de Tchekiny quase que chega à conclusão que, em termos de CEE, Portugal não existe. Deduzo que isto acontece porque não temos capacidade de fornecer indicadores compatíveis com os dos outros países da CEE e, por isso, se verifica que, praticamente, não existem quaisquer referências a Portugal.

Gostaria ainda de acrescentar um último aspecto que me parece importante que seja incluído no âmbito da actividade estatística nacional, o qual diz respeito à criação de estatísticas associadas a actos administrativos, à semelhança do que acontece em outros países, o que nos poderia facultar elementos importantes de acompanhamento da evolução económica e social.

Outro aspecto que gostaria de referir ao Sr. Ministro diz respeito ao que o Governo considera como autonomia técnica e que, de acordo com a expressão do Governo, consiste em definir os meios tecnicamente mais ajustados.

Considero que esta informação, para além de redundante, é também muito insuficiente. Na perspectiva do PS, a autonomia técnica deve incluir o poder de programação, o direito de iniciativa, o poder de divulgação e o de difusão dos dados. E estes aspectos nada têm a ver com a quebra do sigilo bancário.

A propósito e como parêntesis, gostaria de referir que o que acabamos de assistir em relação ao índice de preços no consumidor, que é usado pelo Governo para publicar em data oportuna, é um dos aspectos caricatos que, numa futura composição do sistema estatístico nacional, deve ser ultrapassado.

Em relação à composição do Conselho Superior de Estatística, penso — e de acordo com a ideia que já, oportunamente, apresentei — que deve devem fazer parte representantes da Assembleia da República.

Creio que, na devida altura, vale a pena analisar mais em pormenor este assunto. De facto, utilizadores são todas as instituições que caírem de dados estatísticos. Esta solução é adoptada em outros países e creio que seria interessante que, em Portugal, também se seguissem estes princípios.

Em relação à competência do Conselho Superior de Estatística, parece-nos que, para além de definição das linhas gerais, deveria haver um plano nacional de estatística, que lhe deveria ser submetido, após o que deveria assumir a forma de decreto-lei. Parece-nos que se

tata de uma matéria demais importante para não ter esta caracterização e como consequência não ter a de ser sócio que merece

Po outro lado consideramos também que existem outros aspectos fundamentais que não estão conselhos nestas leis

Falando em estatutos uma base de estatutos mas não existe qualquer orientação de como esses estatutos devem ser estruturados e organizados. Ora em nosso entender esta proposta de lei deve consignar alguns dos principios base

Em relação a medidas transitórias consideramos que as estão suficientemente defendidas os direitos dos trabalhadores e ainda que algumas das propostas apresentadas são eleitas. Um emprego é direito e a antecipação da aposentadoria que se aplica a um mero direito de funcionários. Estas medidas devem ser tomadas com todo o cuidado ou indo os interessados e todos em consideração a medida que as soluções

Finalmente gostaria de enfatizar que o Sr. Ministro referiu mas que nada tem a ver com o texto da proposta de lei que nos apresentada. Trata-se de uma matéria que é absolutamente essencial — esse aspecto só o damos com o Sr. Ministro — e por isso a proposta que deve estar referida é integralmente à proposta de lei

Sr. Ministro todas estas considerações visam tanto a legalidade quanto o que o Partido Socialista considera que a generalidade está proposta de lei deve ser apresentada mas gostaríamos que na especificidade fossem introduzidas algumas alterações — assim em número tão alto que em seu entender seria útil a presença do Sr. Ministro na Comissão de Economia e Finanças e não para que com cada dado fosse possível analisar sua natureza que tem tanta importância para o futuro da economia e dos aspectos sociais do nosso país

Aplausos do PS

O Sr. Presidente — Para uma entidade tem a palavra o Sr. Deputado Naranjo Coelho

O Sr. Naranjo Coelho (CDS) — Sr. Presidente Sr. Ministro Srs. Deputados. Não sou tecnico de estatística nem sou economista nem mesmo economista. Pois tanto as suas observações são mais de teor jurídico do que propriamente de caráter económico

Já vi e o que o autor de que há dois autores desse projeto V. Ex. disse que só um Governo está de acordo com 3 das como este é só um tempo suficiente para a aplicação que conseguiu e uma proposta que não encalhou no meio e que tudo teria de começar se o Governo tivesse entretanto mudado. O autor impressão que dá a minha opinião é que ele foi feito aos balões e que teve a aprovação do preambulo da proposta de lei feita não pelo Governo mas pelo Conselho que foi nomeada para o fazer os decretos do sistema estatístico e que eram claros e garantidos e a enumeração deles foi feita no preambulo solenemente foi apresentada ao V. Ex. da Tribuna.

E por isso mesmo depois de terem sido apresentados foram aceitos e teve em sua repudiação os países

que a comissão não apontando a omissão e ao próprio funcionamento do Sistema Estatístico Nacional e pelo que o Governo em 3 anos não te habilitou produtor um totalizado fluído sobre o que com o preambulo e ao mesmo tempo sem as graves lacunas e erros que ele representa

Eu também a oportunidade de apontar algumas das mais importantes e as mais graves e gritantes deste articulado. V. Ex. não está e possivelmente refugiou-se na resposta factual de que só se admira o diploma na generalidade. Esqueceu-se porém V. Ex. de que os pontos que falam relativos aos artigos 5º, 6º, 12º e 16º ao opções do Governo não são mero erro só de faltar nomenclatura ou de acrescentar a mais também é a do uma palavra e ponto outubro sabe V. Ex. que se pode modificar totalmente o sentido do princípio. E por isso mesmo as respostas que V. Ex. pode entregar me desse ser amavelmente necessárias para eu saber porque o emprego se o Governo continua a não deixar de debate na generalidade o que do governo é que é naturalizado do seu selho

Quando eu pergunto a V. Ex. quais departamentos serão representados só tem a dizer com a composição do próprio conselho. Se V. Ex. nunca o conheceu com representantes dos departamentos oficiais e depois conta os votos por cabeça e também manipula o próprio conselho através de um certificado que não de um certificado qualificado

Quando de que determinadas entidades se apresentam e outras ao V. Ex. da proposta exemplo é a aliança das estruturas governamentais do que as estruturas parlamentares representativas V. Ex. faz incluir no conselho governamental mas não diz uma palavra sobre a Assembleia da República ou sobre os representantes eleitos V. Ex. transpõe para o seu selho os parceiros da concertação social V. Ex. pelo emprego não vai para o conselho só a maioria membros governamentais e mais representantes nomeados pelo Governo ou sob as ordens do Governo e não do que os independentes do Governo. Não são problemas para se tratar tratados na especificidade são problemas para a quem é atado ao debate na generalidade — e um debate sobre a finalidade fazendo a totalidade. O debate é na verdade reflectido nas suas opções. Não é o preâmbulo é só o princípio que ao tempo consagrado não é válido e que é o tradutor e que tem falta de clareza e de coerência com esse preambulo que aqui alego

Desse modo é uma pena que V. Ex. não tem esse espírito mais um bocadinho ou seja esse tipo de cidadão que nomeia melhor comissão para ao menos representar o artigo

lado por que as chamadas gralhas são tão gritantes que até parecem que houve omissão feita no projeto de lei para esta lei o maior de sua posição

O País precisa de um Sistema Nacional de Estatística remodelado para essa de o governo independente e transparente desgovernamentalizado e que seja confiável pela opinião pública e pelos agentes econômicos — o que este articulado não reflete — e que finalmente e precisamente desburocratizar este organismo. O primeiro passo para a desburocratização é o que é dependente da ação do Governo e o segundo é um sistema estatístico que dê autonomia financeira patrimonial e administrativa mas também indispensável que o Ministro

ao presidir não manipule as estatísticas através dos seus delegados, através dos seus representantes

O Sr Ministro das Finanças, na sua última intervenção disse assim «Não confio nas estatísticas do Ministério do Emprego porque são do Governo, eu vou antes ao Instituto Nacional de Estatísticas até porque trabalham lá pessoas que não são afectadas ao Governo» Deus queria que amanhã a oposição não possa dizer o mesmo: não confiamos nas estatísticas do novo sistema nacional que VV Ex.^a agora introduzem porque elas são manipuladas pelos representantes do Governo que são em maior número do que os representantes independentes do novo sistema

O Sr Presidente: — Quem concluir, Sr. Deputado

O Orador: — No geral, portanto, a proposta como lei de bases, como uma lei quadro merece a nossa não reprovação e no debate na especialidade, então, esperaremos que o Sr Ministro nos dê todas as indicações que faltaram hoje por falta, talvez, da tal desarticulação entre o articulado e o preâmbulo V.Ex.^a entusiasmou-se pelo preâmbulo e deu pouca relevância ao articulado

O Sr Presidente: — Srs Deputados, não havendo mais inscrições, declaro encerrado o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n^º 53/V.

A próxima reunião terá lugar amanhã, pelas 10 horas, com a apreciação da Proposta de Resolução n.^º 8/V — Aprova, para ratificação, uma emenda relativa aos estatutos do Banco Internacional para Reconstituição e Desenvolvimento (BIRD)

Srs Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos

Enterraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Social Democrata (PPD/PSD).

António Maria Pereira.
Armenio dos Santos
Carlos Manuel Duarte Oliveira
Carlos Miguel M de Almeida Coelho
Carlos Sacramento Esmeraldo
Cecília Pita Catarino.
Domingos Duarte Lima
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Francisco João Bernardino da Silva
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Henrique Nascimento Rodrigues.
Joaquim Vilela de Araújo
José de Vargas Bulcão
Luis Manuel Neves Rodrigues
Manuel Joaquim Batista Cardoso
Manuel Joaquim Dias Loureiro

Partido Socialista (PS).

Edmundo Pedro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Maria Teresa Santa Clara Gomes
Apolónia Maria Pereira Teixeira.
Maria de Lurdes Dias Hespanhol

Centro Democrático Social (CDS)
Basilio Adolfo de M. Horta de Franca.
Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Social Democrata (PPD/PSD)
Alválio José Rodrigues Carvalho
António da Silva Bacelar.
Carlos Matos Chaves de Macedo.
Fernando Dias de Carvalho Conceição
Jaime Carlos Marta Soares.
José Angelo Ferreira Correia.
Paulo Manuel Pacheco Silveira.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho

Partido Socialista (PS).
António José Sanches Esteves
Elisa Maria Ramos Damião Vieira
Helder Oliveira dos Santos Filipe
João Barroso Soares.
Jorge Fernando Branço Sampaio
José Apolinário Nunes Portada.
José Luís do Amaral Nunes.
José Manuel Torres Couto.
Maria Helena do R. da C. Salema Roseta
Raul Manuel Bordalo Junqueiro
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio

Partido Renovador Democrático (PRD)
Miguel António Galvão Teles

Declarações de voto enviadas à mesa para publicação relativas ao voto de congratulação n^º 41/V

O Partido Socialista associa-se a esta saudação da A.R. a Delegação Portuguesa que participou nos jogos para olímpicos para deficientes, acontecimento a que, a nosso ver, não foi dado o relevo que o brilhantismo de actuação dos atletas que integravam a delegação que representou o País, mereceria

Esperamos que este facto constitua um alerta para a necessidade de promover uma conveniente política de integração dos deficientes na sociedade e que, a este alerta, corresponda da parte do Governo ao desencadear de acções que se impõem para uma verdadeira democracia solidária que urge promover e consolidar

O Deputado do PS
Armando Vara

Lisboa, 27 10 88

O Partido Social Democrata é uma organização política personalista e humanista que, naturalmente, pauta a sua actividade e concede primazia a tudo o que tenha a ver com a valorização pessoal, moral e material dos cidadãos portugueses. Numa perspectiva de solidariedade e de justiça social, o PSD entende que o estado e a sociedade civil, em conjugação de esforços, devem contribuir

pia que todos aqueles que por razoes d'ersas e ess tan de especias cidades e atençao nao de ci de se realiza como pessoas humanas dota das de dignidade ual a de todo e qualquer loion

D' todo o PSD as o a se nequocamente o t do oto de orgatulaçao m ca sa fel cta do os atletas partcipantes e bem assim todos queles que indi dualmente o atra es das orga ações ou ser iços de que sao responsa eis per tam tao honro part e paçao nos jogos olímpicos para a defens

O PSD espera po ultimo qie a I II a Le de Bases de reabilitacio uja p opositi ja foi ap esecada pelo Go e no a Assembleia da Republ ca enha possiblitar um progresso apoio ao desenolento de acti idades pertinentemente ocacionada pa a a eabiltaçao de c dadaos defentes

Lisbon No embro d 1988

O Deputado so PSD
Joaquim Magues

O Grupo Parlamentar do PCP ao apresentar m oto de congratulaçao pelos exatos 1 ançados pela equipa portuguesa que participou nos jogos para olímpicos de Seul para deficiente poteide fundamentalmente que a Assembleia da Republ a regresse e saudasse o brilhante oportunit dos atletas nacionais que aílham aras ind lhas de ouro prata e bronze

Congratulamo nos que o oto tenha sido aprobado por unanimidade

Lamentamos no entanto a desculpade q e delegação portuguesa encotrou em tude da falta de apoios de desporto esportivos a nível a propria RTP que não teve alguma cobertura aos jogos e a nossa participação

Ao saudar os nossos atletas fazemos gualme os para que de futuro o estado apoee e incentive o desenvolvimento do desporto para deficentes

O Deputado do ICP
Ato o Mol

AS RELENTORAS A a Maria Magdes d C i
— Maria Antónia M lis

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA E P

AVISO

Por ordem superior e para constar comunica se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam apostila competente ordem de publicação assinada e autenticada com selo branco



PORTE
PAGO

1 — Preço d páginas pagas d 1 4\$50 p ec p
1 hora 93\$

2 — Par as antes d D d Assmbl d
R p bl pei d d ss t ámp ee d d d
J D mb d cad an O m p blicad m
N emb Dezemb d an ant q completam lgi
l t dq d p ec d cap

3 — O p az d ecimã d falt d Dá d Rp
b/ p giõe tó mas tang sã
p t m t d 30 90 d à d t d p blcaçã

PREÇO DESTE NUMERO 126\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex